REVISTA
nº 59 / ABRIL 2019

Cidadania e Defesa

ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES
DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Instituição de Utilidade Pùblica

INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA

Sumário

Editorial 3
João Franco, Presidente da Direcção, *CDN 96*

Nota Associativa 4
Mónica Rodrigues, Editora, *CDN 02*

Reflexões Sobre o(s) Impacto(S) do Brexit no Reino Unido 5
Isabel M.Freitas Valente *(PhD)*, Ana Cordeiro de Azevedo *(MSc)*, F. Marina Azevedo Leitão *(MSc)*

A Política Comum de Segurança e Defesa e a necessidade de algumas clarificações 9
Carlos Manuel Martins Branco, *Major-General (R)*

O Extraordinário de um Mundo em Mudança 11
J.A. Campos Neves, *CDN 02*

Geopolítica Mundial. Algumas considerações sobre a situação atual 18
Carlos Manuel Mendes Dias, Coronel, *CDN 05*

A Nação, a Segurança e a Defesa 21
Manuel José Rafael de Jesus Alves, *CDN 95*

Economia Circular na Defesa 25
Mário Rodrigues Pontes, MSc, *CDN 10*

Opinião/ Entrevista 27
Rodolfo António Cabrita Bacelar Begonha, *Major-General (Ref), CDN 93*

Opinião/ Entrevista 30
Sandra Maria Rodrigues Balão, PhD, *CDN 10*

Biografias dos Autores 33

ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Cidadania e Defesa

Revista Nº 59/ Abril de 2019

© Copyright AACDN 2019

Depósito Legal nº 260726/07

Diretor
João Franco *CDN 96*

Editor
Mónica Rodrigues *CDN 02*

Design da Capa
Isa Silva

Produção
MGI (Portugal), Lda. / DPS

Administração, Redação
Rua Soeiro Pereira Gomes, nº 7,
2º andar, Fracção 31,
1600-196 Lisboa
Telef: 21 241 87 21
NIPC - 501547541
E-mail: geral@aacdn.pt

Apoios: MDN, SABSEG

Tiragem: 600 exemplares

EDITORIAL

João Franco, *Presidente da Direcção, CDN 96*

No âmbito da missão da nossa associação, competenos promover a divulgação da informação relevante sobre os interesses de Portugal. E a revista que publicamos regularmente é certamente um dos melhores meios para o fazer.

A análise dos temas exige actualmente um conhecimento detalhado dos mesmos, o zoom in, a sua inserção no contexto global, o zoom out, e exige também o conhecimento da evolução histórica indispensável para a compreensão dos eventos e percepcionar as tendências.

Após a 2ª. Grande Guerra e até à queda do muro de Berlim, a teoria do "Realismo Político" foi dominante nas relações internacionais. Entendia-se que os actores da política internacional eram os Estados, a agenda internacional era dominada pela segurança e defesa militar e a força era o instrumento político do Estado.

Diversamente, hoje em dia, reconhecendo-se que há múltiplos factores que influenciam as sociedades (Estados, multinacionais, movimentos cívicos, redes sociais ….), e que há outras formas de interdependência, designadamente a cooperação multilateral, a teoria da "Interdependência Complexa" é manifestamente mais actual e realista.

E é esta visão do mundo que pretendemos salientar, desde logo na capa da Revista com o tabuleiro de xadrez, e no conteúdo com os contributos de especialistas de manifesta qualidade.

Colaboram neste número

João Franco

Mónica Rodrigues

Isabel Freitas Valente

Ana Cordeiro de Azevedo

F. Marina Leitão

Carlos Martins Branco

J.A. Campos Neves

Carlos Mendes Dias

Manuel de Jesus Alves

Mário Rodrigues Pontes

Rodolfo Begonha

Sandra Rodrigues Balão

NOTA ASSOCIATIVA

CIDADÃO +
Como as lições do bowling desenvolvem a prática associativa positiva!

Mónica Rodrigues, *Editora, CDN 02*

Se já tem um sorriso nos lábios a propósito do bowling, aproveite esta oportunidade, tome um café e saboreie o novo número da sua revista Cidadania e Defesa. Como posso estar a falar de bowling numa revista que agrega cidadania e defesa? Pois está tudo relacionado e, se quiser saber como, saboreie as páginas que se seguem. Se calhar, no próximo número, terei muito gosto em falar de uma outra modalidade desportiva tão admirada pelos portugueses, e pelo mundo em geral: o futebol!

Mas, como estava a dizer, é mesmo o que acabou de ler no título - «Cidadão Mais», ao contrário daquela outra máxima muito batida «Mais Cidadão» porque, neste caso, fazemos o apelo à prática positiva de cidadania. E será que, nos tempos que correm, é importante falar de positividade quando a sobrecarga de eventos negativos parece aumentar a cada dia que passa? Pura ilusão esta sobrecarga, seja porque todas as gerações enfrentam o seu «Hades», seja porque até um rei - o milenar Midas de Cnossos -, utilizava aquela frase que todos já ouvimos dizer ao longo da nossa vida, pelo menos uma vez, «No meu tempo…».

Ou seja, é cada vez mais necessário pensar como um líder positivo e é por várias razões que hoje aqui deixo uma breve reflexão. Primeiro, a positividade é uma característica dos líderes bem-sucedidos porque, ao focarem nos aspetos positivos dos eventos e dos colaboradores, promovem uma cultura de motivação, de confiança e de persistência, podendo assim aumentar o valor acrescentado da sua ação. Segundo, aprendemos melhor quando somos desafiados por estímulos positivos.

Ora, é aqui que surge o bowling … Estudos feitos com jogadores de bowling demonstram (estatisticamente validado) que o desempenho dos jogadores de bowling aumenta quando, e só quando, visionam imagens gravadas das suas jogadas de sucesso. E por que razão? Porque as pessoas tendem a aprender melhor a partir de modelos positivos.

Importa então agora falar da positividade aplicada ao contexto da nossa revista, Cidadania e Defesa. Como antiga auditora ou auditor, verá que o valor do associativismo não tem preço, sobretudo se for exercido com criatividade, inovação prática e acompanhado pela certa emoção positiva. E porque estamos sempre a aprender, a lição de vida que levo deste tempo em que tenho estado na direção da AACDN é a seguinte: a felicidade de trabalhar com líderes positivos, focados nas forças dos colaboradores, leva-nos a superar as dificuldades, e materializa-se (essa felicidade) nos feitos que deixam marca …

Agora que nos aproximamos da conclusão, creio que ficou explícito a importância do bowling ops!, perdão, do valor da positividade, na vida de cada um. Por isso, e por tudo o que temos feito, apraz-me agora perguntar-lhe: quer colaborar connosco no próximo evento? É que seria a oportunidade para renovar o seu estado de espírito positivo e engrandecer o seu propósito de cidadão ativo, tornando-se num Cidadão +.

Já agora, por que não ser um Sócio + ? Esteja atento, fique connosco, e ajude-nos a tornar a nossa AACDN na melhor prática de Cidadania+. Com muita prática positiva!

REFLEXÕES SOBRE O(S) IMPACTO(S) DO BREXIT NO REINO UNIDO

Isabel Maria Freitas Valente, *PhD*; Ana Cordeiro de Azevedo, *MSc*
F. Marina Azevedo Leitão, *MSc*

Passados 46 anos da adesão do Reino Unido às Comunidades Europeias, é impensável que a cisão de um espaço com o nível de integração da atual União Europeia se verifique sem profundos impactos políticos e económicos, que certamente afetarão a União Europeia e o Reino Unido.

O resultado final do processo e as suas reais implicações para o Reino Unido ainda são, em larga medida, desconhecidos. Mesmo assim, com os dados disponíveis, é possível esboçar cenários que traduzam o impacto político e económico do Brexit.

Consequências políticas para o Reino Unido

Dificilmente seria factível sustentar que a saída do Reino Unido da União Europeia (UE) se pudesse pensar – muito menos concretizar – sem consequências políticas profundas para os britânicos. Essa constatação, porém, não impediu o resultado do referendo de junho de 2016, onde "prevaleceu o entendimento de que não caberia mais a uma complexa e custosa burocracia em Bruxelas decidir o futuro do Reino Unido" (Wolf & Oliveira, 2016: 106).

A decisão de abandono do projeto europeu teve como consequência imediata a emergência de profundas divisões. A primeira, atestada desde logo pela análise dos resultados do referendo, foi de cariz político-territorial, potenciando o risco preexistente de fragmentação interna da união política britânica: enquanto a Inglaterra e o País de Gales votaram claramente a favor da saída do Reino Unido do bloco europeu, a Escócia e a Irlanda do Norte optaram pela permanência.

No caso escocês, tal opção decorre em grande medida de "uma orientação para o resto da Europa mais forte do que qualquer outro país da união" (ibid.: 123-124) em paralelo com a campanha impulsionada por Nicola Sturgeon e pelo SNP, que não somente são contrários ao Brexit como defendem a independência da Escócia, integrada no espaço europeu. Para a recusa norte-irlandesa, por sua vez, ainda que com um resultado menos expressivo que o escocês, pesou certamente a influência das "pretensões dos partidos nacionalistas irlandeses com raiz católica da vizinha República da Irlanda" (Xavier, 2017: 30). Em face deste quadro ou, se se preferir "geografia do voto" (ibid.), a conclusão mais importante a retirar é a manifesta, e de novo evidenciada, diferença entre os interesses dos países que compõem o Reino Unido, cuja conciliação futura será certamente difícil.

O referendo mostrou uma vez mais que "Edimburgo e, em menor medida, Belfast, já não se sentem mais representados por Londres, aumentando a probabilidade de [escolherem] deixar a união [britânica] e seguir seus próprios caminhos, muito provavelmente [procurando aliar-se] a Bruxelas" (Wolf & Oliveira, 2016: 123). O tempo confirmará a extensão desta crise político-territorial, cujo desfecho dependerá, em boa medida, dos planos de Westminster e da gestão das competências devolvidas pela UE com a saída do projeto europeu (Portero, 2018).

Se a pulverização dos interesses e anseios entre os países do Reino Unido é já bem percebida, o Brexit não deixou incólume a vida governativa e parlamentar britânica, com a divisão a atingir também os grandes partidos políticos – sobretudo o Conservador. O referendo não só ditou a demissão de David Cameron, um ano depois de ter alcançado a maioria absoluta na Câmara dos Comuns, como expõe à evidência o quão profundas são as fraturas internas do partido, dividido entre euro-entusiastas e uma ala com forte tradição eurocética, contribuindo para um clima de grande instabilidade política e governativa – basta recordar a perda da maioria nas eleições legislativas antecipadas de 2017, a moção de desconfiança recentemente lançada pela ala eurocética do Partido Conservador contra a sua própria líder, a primeira-ministra, sucessora de Cameron, Theresa May, a vaga de demissões no Governo e de ameaças de rebelião dos deputados conservadores ao acordo técnico alcançado entre Londres e Bruxelas pelo qual se determinarão as regras básicas da separação.

Numa altura em que a saída do Reino Unido da UE está iminente e, sobretudo, porque os países não são, no mundo hodierno, ilhas isoladas, a superação da

atual polarização política é um dos mais prementes desafios a enfrentar pelos britânicos, sob pena de virem a encarar consequências de maior monta: uma crise institucional sem precedentes e, por conseguinte, uma funda perda de influência na vida internacional. E aí, naturalmente desprovidos da qualidade de 'membro', sem representação institucional e direitos de voto e presença nos organismos que regem a UE, o seu peso futuro dependerá muito mais do que até aqui do seu soft power, ou seja, poder de convencer, da "capacidade de influenciar terceiros através de meios colaborativos de definição de agenda, […], de congregar uma atração positiva para alcançar os resultados desejados" (Nye apud Vasconcelos, 2017: 32), seja nas necessárias negociações políticas, comerciais ou de qualquer espécie que se venham a estabelecer fora do – e com o – bloco europeu, seja na consumação dos acordos.

Há seguramente um longo caminho a percorrer até se conhecerem as características da nova inserção política mundial do Reino Unido pós-Brexit. Não obstante, se a divisão interna, a polarização e instabilidade política, a perda de representação institucional na UE e de peso internacional são já algumas das consequências políticas, imediatas e próximas, do processo de 'renacionalização' do Reino Unido, como sustentou Davérède (2016), a sua transformação num Estado mais pequeno do ponto de vista territorial, isolado e com menor influência nas relações internacionais ou num Estado com maior autonomia política nas suas decisões e maior liberdade de comércio, dependerá, de ora em diante e em grande medida, da capacidade e habilidade dos seus políticos-negociadores.

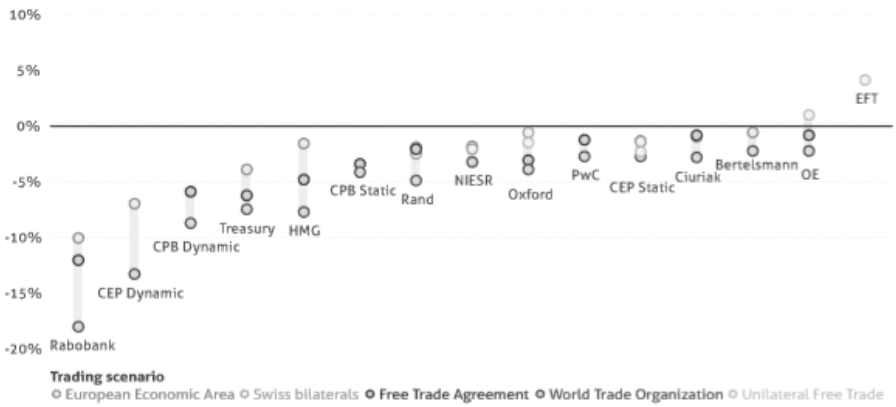
Impacto económico do Brexit

Por mais inegáveis que sejam os impactos económicos do Brexit para o Reino Unido, nem todos os efeitos serão negativos (embora poucos adiram à visão otimista) e/ou afetarão os vários setores e regiões de forma equitativa (vertentes, contudo, insuficientemente estudadas).O grau de parceria com o espaço comunitário será um fator importante para a dimensão dos efeitos económicos do Brexit na(s) próxima(s) década(s). Acresce que uma saída da UE sem acordo, ou com um acordo 'remendado' à medida da necessidade de aprovação do Parlamento britânico, irá produzir efeitos ainda mais incertos, mas quase de certeza negativos, face aos cenários já projetados.

Se a capacidade para explicar internamente os efeitos económicos mais significativos do Brexit é um fator chave para o Governo britânico, as incertezas dos impactos continuam a ser muitas, com uma grande variabilidade nos estudos mais abrangentes.

O quadro abaixo, produzido pelo Institute for Governement (Tetlow&Stojanovic, 2018), centraliza os resultados de vários estudos recentes, realizados por entidades de reconhecido mérito. Tendo em conta várias modalidades do futuro relacionamento comercial entre o Reino Unido e a UE, constata-se que, por comparação com a permanência do país no espaço europeu, a visão é eminentemente negativa.

Figure 1: Forecast long-term impact of Brexit on GDP, relative to remaining in the EU



Source: Institute for Government analysis

CEP – Centre for Economic Performance, CPB – Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis, EFT – Economists for Free Trade, HMG – HM Government, NIESR – National Institute of Economic and Social Research, OE – Open Europe, Oxford – Oxford Economics

Os impactos negativos, aliás, não se projetam apenas para o futuro. Segundo o Financial Times (Giles, 2018), com base numa média de vários modelos económicos, no primeiro trimestre de 2018 o Produto Interno Bruto (PIB) tinha sido cerca de 1,2% inferior ao estimado, caso não estivesse em curso o Brexit.

Tendo em conta a incerteza e variabilidade assumidas pelos especialistas, limitar-nos-emos e referir sumariamente três setores chave, consensualmente assumidos como impactando na economia em geral, mas que consideramos não estarem a ser adequadamente estimados. Tem-se em consideração que, por um lado, o Reino Unido deixa de beneficiar das vantagens intracomunitárias, mas passa a poder negociar autonomamente novos acordos comerciais que compensem o Brexit. Por outro lado, o país pode ainda passar a beneficiar setores de forma não consentânea com as rigorosas regras comunitárias de proteção da concorrência.

Comércio externo

Uma balança comercial forte faz naturalmente crescer o rendimento disponível para as famílias, para as empresas e para o Estado por via dos impostos gerados, o que, tendencialmente, tem um efeito impulsionador da economia em geral.

A consolidação da balança comercial futura dependerá, desde logo, do acordo comercial que possa vir a ser celebrado entre o Reino Unido e a UE, assim como dos novos acordos com outros Estados ou organizações – competência atualmente na esfera exclusiva da UE.

Quando se pensa no comércio externo, tende a considerar-se o impacto das tarifas aduaneiras, mas este está longe de ser o aspeto de mais difícil gestão. O fator regulamentar não pode ser descurado, numa mudança radical do paradigma de parceiros, e é um dos mais caros e difíceis de gerir pelos Estados e agentes económicos.

Para assegurar a manutenção do fluxo comercial com a UE, que naturalmente permanecerá como o maior parceiro do Reino Unido nos anos pós-Brexit, a manutenção da harmonia regulamentar é essencial. Mas esta estabilidade pode ser um entrave para a penetração em novos mercados de grande dimensão, que eventualmente compensem a saída da UE. É certamente um dilema não suscetível de resolução rápida, já que exige um longo processo de adaptação – seleção dos parceiros e estudo de impactos, celebração dos novos tratados/acordos, adaptação da regulamentação interna, investimento e adaptação dos agentes económicos, e só por fim a concretização de contratos comerciais.

Mercado de trabalho

A quantidade e qualidade do mercado de trabalho é um fator de sucesso de qualquer economia, determinando particularmente a produtividade. Numa era de globalização, o sucesso duma economia depende em grande parte da capacidade de procurar noutras comunidades a força laboral, tanto em número como em termos de qualificações, necessária para colmatar as necessidades internas e, por sua vez, 'escoar' os trabalhadores excedentários.

Segundo o Migration Advisory Committee do Reino Unido, pode dizer-se que o país tem sido bem-sucedido e aproveitado devidamente a livre circulação de trabalhadores, uma vez que as migrações não têm influenciado de forma relevante a oferta e o nível remuneratório dos nacionais. Presume-se, portanto, que o mercado de trabalho tem conseguido captar adequadamente mão de obra, na quantidade e com as qualificações requeridas. Não é certo que esta premissa se mantenha. Apesar das declarações de intenções mútuas na manutenção do status quo para os atuais migrantes, desconhecem-se ainda as limitações que virão a ser introduzidas no intercâmbio comunitário de trabalhadores, bem como o aproveitamento do potencial de outros Estados, nomeadamente da Commonwealth.

É ainda sabido que a disponibilidade para recrutar externamente mão de obra qualificada é um elemento para melhorar a produtividade e as próprias qualificações dos trabalhadores nacionais, que beneficiam do intercâmbio de conhecimentos. O reverso da medalha, porém, é que muitas empresas tendem a procurar aumentos de produtividade à custa de mão de obra acessível e barata, em vez de investir na requalificação, penalizando a economia nacional no longo prazo.

O fator laboral é, assim, mais um vetor difícil de parametrizar adequadamente nos modelos relativos ao impacto do Brexit.

Investimento Direto Estrangeiro

O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) é um dos componentes mais significativos para a manutenção dum crescimento saudável do PIB, espelhando a solidez económica dos Estados.

A redução de barreiras, ao permitir às empresas captar recursos mais baratos e mais diversificados, tem influenciado diretamente o IDE, o que, além do efeito impulsionador direto na economia, fomenta, por via indireta, o crescimento do comércio internacional.

Recorde-se que a livre circulação, um dos elementos fulcrais da UE, não só tem impacto nos investimentos entre Estados membros, como também nos realizados por agentes de Estados terceiros em membros da UE, com destaque para as grandes multinacionais.

Obviamente que as futuras medidas fiscais e financeiras britânicas irão influenciar a atratividade do Reino Unido para o IDE, mas parece legítimo ser pessimista e presumir que não conseguirão manter o nível presente de atratividade para as grandes multinacionais, conjugando um dinâmico mercado interno com o facto de ser uma porta para centenas de milhões de consumidores comunitários.

Os cenários económicos atuais são, assim, demasiado aleatórios para permitirem conclusões fidedignas. Não obstante, até onde é possível antever, as probabilidades apontam para uma redução do crescimento económico a curto e médio prazo. Um cenário de recessão, contudo, só se afigura como um sério risco se o Reino Unido prosseguir com o Brexit sem acordo, ou com um acordo de fachada, que apenas tenha como objetivo satisfazer o Parlamento e a opinião pública mais ruidosa.

Referências bibliográficas

Council of the European Union (2018). Draft Negotiating Guidelines, 7 de março de 2018, consultado em 05.01.2019, disponível em: https://g8fip1kplyr33r3krz5b97d1-wpengine.netdna-ssl.com/wp-content/uploads/2018/03/Europeancouncil-Art.50-23-March-2018-Draft-Guidelines-1.pdf

Crowley, M; Exton, O; Han, L. (2019). "Renegotation of trade agreements and firm exporting decisions: Evidence from the impact of Brexit on UK exports, UK in a Changing Europe, 18 de julho de 2018, consultado em 05.01.2019, disponível em: http://ukandeu.ac.uk/research-papers/renegotation-of-trade-agreements-and-firm-exporting-decisionevidence-from-the-impact-of-brexit-on-uk-exports/

Ebell, M.; Warren, J. (2016). "The Long-Term Economic Impact of Leaving the EU", National Institute Economic Review, 236, maio de 2016.

European Commission (2018), 'Notice to Stakeholders: Withdrawal of the United Kingdom and food law', 1 de fevereiro de 2018 consultado em 05.01.2019, disponível em:https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/file_import/eu_food_law_en.pdf

Giles, C. (2018). "What are the economic effects of Brexit so far?", Financial Times, 24 de junho de 2018, consultado em 05.01.2019, disponível em: www.ft.com/content/dfafc806-762d-11e8-a8c4-408cfba4327c

Giles, C. (2018). "The UK economy since the Brexit vote – in 5 charts", Financial Times, 31 de julho de 2018, consultado em 05.01.2019, disponível em: www.ft.com/content/cf51e840-7147-11e7-93ff-99f383b09ff9

Gillham, J.; Sentance, A.; Teow, J.; Lambe, C.; Lancefield; D.; Hawksworth, J.; Ambler, M.; Lee, E. (2016). "Leaving the EU: Implications for the UK economy", PwC, março de 2016, disponível em:www.pwc.co.uk/economic-services/assets/leaving-the-eu-implications-for-the-uk-economy.pdf.

HM Government (2018). The Future Relationship between the United Kingdom and the European Union, Cm 9593, julho de 2018, consultado em 05.01.2019, disponível em:https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/725288/The_future_relationship_between_the_United_Kingdom_and_the_European_Union.pdf

House of Commons (2018). Exiting the EU Committee, EU Exit Analysis: Cross Whitehall briefing, janeiro de 2018, consultado em 05.01.2019, disponível em: https://www.parliament.uk/documents/commons-committees/Exiting-the-European-Union/17-19/Cross-Whitehall-briefing/EU-Exit-Analysis-Cross-Whitehall-Briefing.pdf

Luis Davérède, Alberto (2016). "Implicancias políticas y económicas del Brexit", Anales de la Academia Nacional de Ciencias Morales y Políticas, julho de 2016, consultado em 06.01.2019, disponível em: https://www.ancmyp.org.ar/user/files/Brexit.I.16.pdf

Migration Advisory Committee (2018) EEA Migration in the UK: Final report, setembro de 2018, consultado em 05.01.2019, disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachmentdata/file/741926/Final_EEAreport.PDF

Portero Hernández, Astrid (2018). "La 'devolución' británica: la amenaza interna del brexit", Esglobal, abril de 2018, consultado em 06.01.2019, disponível em: https://www.esglobal.org/la-devolucion-britanica-la-amenaza-interna-del-brexit/

Tetlow, G. (2018). "The short-term economic impact of a no deal Brexit matters too", Institute for Government, 18 de setembro de 2018, consultado 05.01.2019, disponível em: www.instituteforgovernment.org.uk/blog/short-term-economicimpact-no-deal-brexit-matters-too

Vasconcelos, Álvaro (2017). O Brasil em 2030: navegar num mar revolto. In Isabel Maria Freitas Valente e Iranilson Buriti de Oliveira (coord.) (2017). Brasil nas Ondas do Mundo, Coleção Euro-atlântico: Espaço de Diálogos. Coimbra/Campina Grande: Imprensa da Universidade de Coimbra/ Editora da Universidade Federal de Campina Grande - EDUFCG.

Wolf, P. J. Whitaker; Oliveira, G. Contento de (2016). "A saída do Reino Unido da União Europeia: um revés civilizatório", Anuario de Integración, nº 13: 105-131.

Wright, O; Jones, C. (2018). "Britain must make new trade deals in record time", The Times, 3 de abril de 2018, consultado em 05.01.2019, disponível em: www.thetimes.co.uk/article/britain-must-make-new-trade-deals-in-record-time-w8dc82qdn

Xavier, Ana Isabel (2017). "Brexit: o *chá das cinco* serve-se em Bruxelas à mesa das negociações", JANUS 2017 – anuário de relações exteriores, n.º 20: 30-31.

A POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA E A NECESSIDADE DE ALGUMAS CLARIFICAÇÕES

Carlos Manuel Martins Branco, *Major-General (R)*

As evoluções registadas na cooperação em matéria de segurança e defesa no quadro da União Europeia dotaram-na de capacidades em vários domínios, mas não foram suficientes nem determinantes para resolver as contradições de fundo que lhe estão subjacentes[1]: dotá-la de autonomia estratégica, abarcar todos os domínios da defesa, nomeadamente a defesa contra uma agressão externa, ultrapassar a sua subalternização estratégica e transformar-se num ator global[2].

O emaranhado institucional em que a cooperação europeia em matéria de segurança e defesa se enredou após o Tratado de Lisboa não se traduziu no aumento da sua relevância internacional. Como os arranjos que a antecederam, a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) visa fundamentalmente responder a crises civis e militares que ocorram fora do espaço europeu, nomeadamente na sua vizinhança, como por exemplo em África, mas sempre na condição da OTAN não se envolver nessas mesmas crises. A defesa do território europeu contra agressões externas continua a pertencer à OTAN. Falta músculo militar à PCSD para que a UE se possa tornar um ator global. Os 60.000 militares à disposição da União acordados em Helsínquia não permitem à PCSD realizar operações militares complexas, prolongadas no tempo e exigentes quanto ao uso da força militar.

Os EUA têm permitido - frequentemente constrangidos - o aprofundamento da cooperação europeia no âmbito da segurança e defesa, mas sempre dentro de certos limites, desde que essas iniciativas: contribuam para atenuar os seus encargos com a defesa da Europa; permitam gerar capacidades militares europeias para ajudarem os EUA na gestão de crises; não rivalizem com a OTAN e se desenvolvam no seu seio (sem criar estruturas paralelas); e não belisquem a supremacia norte americana na defesa europeia. Os EUA conseguem conviver com um maior envolvimento da Europa em assuntos de defesa, desde que não percam o controlo político dos acontecimentos, e sem que isso pudesse alguma vez tornar a Europa um centro de poder geopolítico rival e competidor à escala global.

Os objetivos dos EUA relativamente à cooperação europeia em matéria de defesa não se alteraram desde o Tratado de Maastricht assinado em dezembro de 1991. Registaram-se flutuações táticas consoante as circunstâncias do momento, mas sem que os desenvolvimentos daí resultantes pudessem desafiar a sua supremacia.

Na prática, o aprofundamento da cooperação com vista ao objetivo último da integração europeia em matéria de segurança e defesa insere-se no debate sobre a distribuição relativa de poder e influência entre os EUA e os seus parceiros europeus no seio da OTAN, um debate travado em ambos os lados do Atlântico. No relacionamento com a Europa, os EUA não prescindem de uma relação superior/inferior. A Europa, ou pelo menos alguns países membros, não se sentem confortáveis em continuar a serem o *deputy sheriff* dos EUA (Biscop, Coelmont, 2012). A União será um ator estratégico autónomo quando a relação transatlântica funcionar

[1] O presente artigo é uma adaptação de um ensaio publicado pelo autor em "Segurança Europeia" (Viana e Nunes: 131/176).

[2] O termo "ator global" tem sido utilizado em inúmeros documentos oficiais da UE, sem, contudo, ser discernível nesses documentos e declarações o que se entende exatamente por "ator global", deixando espaço para múltiplas interpretações. Na verdade, a Europa tornou-se um ator global. As missões da PESD/PCSD estenderam-se por vários países em três continentes. Interessa contudo, saber se aquela interpretação de ator global se resume apenas à capacidade para participar na gestão de crises civis e/ou militares em diversas regiões do globo, ou se se encaixa noutra conceção de maior abrangência e complexidade, que pressupõe uma atuação planetária com objetivos geoestratégicos muito concretos e precisos, em que atuação global e autonomia estratégica andam de mãos dadas. Ser "ator global" significa capacidade para participar na construção de uma ordem securitária, na qual se insere a manutenção da paz e a segurança globais. Esta conceção mais abrangente, para além de ter de se apoiar numa grande estratégia europeia requer a existência de uma estratégia militar. Por outras palavras, o conceito de "ator global" empregue neste texto significa ser um ator estratégico à escala global, um *pares inter pares* dos restantes atores maiores da cena internacional, em vez de desempenhar um papel secundário e subordinado, funcionando como apêndice de outros projetos hegemónicos.

como uma parceria entre iguais. Contudo, As condições para que isso possa acontecer estão longe de se encontrar reunidas.

Para além dos obstáculos colocados externamente pelos EUA ao aprofundamento da cooperação europeia, a União terá de ser capaz de superar os seus obstáculos internos. Para se emancipar, a Europa tem de se libertar do comportamento antinómico dos seus Estados-membros. Por um lado, pretendem que a PCSD se torne estrategicamente autónoma, por outro não querem assumir os encargos correspondentes. Não se pode pugnar por autonomia estratégica, e simultaneamente querer continuar a viver debaixo do guarda chuva securitário norte americano. Sem resolver esta contradição será difícil avançar. Sempre que os Estados Unidos dão indicações de menor interesse ou empenho na defesa da Europa, os europeus tremem.

Só poderemos falar de defesa, entenda-se plena integração europeia em matéria de defesa, em vez de quasi-defesa, quando se verificarem determinadas condições que alterarem o presente *status quo*. Ou seja, quando a PCSD: tiver autonomia (estratégica e de decisão); assumir responsabilidades de defesa coletiva e possuir uma estrutura militar permanente; dispuser de capacidades militares credíveis, em consonância com o nível de ambição estabelecido; existir consenso ao redor de uma política externa comum (aceite e praticada); e a UE e a OTAN forem estrategicamente falando *pares inter pares*.

Enquanto aquelas condições não se verificarem, a PCSD limitar-se-á, apesar dos desenvolvimentos que ainda irão certamente ocorrer, a funcionar num quadro de defesa europeia amputado e coxo; muito distante do conceito pleno de defesa de um Estado, incluindo os Estados Federais, em que a defesa e os assuntos exteriores são atividades da soberania do Estado. As condições para que isso acontecesse seriam mais facilmente atingidas se a UE fosse um Estado federal, em vez de ser um *comprehensive state-like actor* (Biscop, Coelmont, 2012).

As iniciativas de cooperação a que temos assistido nos últimos anos envolvendo apenas alguns Estados europeus são movimentos centrífugos que não concorrem para o fortalecimento da política externa europeia, nem para os objetivos definidos nos documentos "programáticos" da União. Em vez de fazer face a uma ameaça que afete todos os membros da União, muita dessa cooperação tem-se orientado para lidar com riscos regionais que apenas afetam um grupo de Estados.

Nos últimos anos, no intervalo das suspeitas e desconfianças mútuas, houve de facto algum apaziguamento das tensões e um aumento da cooperação entre a UE e a OTAN, que se tem vindo progressivamente a reforçar e a aprofundar. Contudo, essa cooperação desenrola-se num quadro de acomodação europeia aos interesses norte americanos, nas condições impostas pelo ator dominante, sem colocar em causa os termos de uma relação consolidada na segunda metade da década de noventa e nos primeiros anos do século XXI.

Independentemente dos desenvolvimentos que possam vir a ocorrer e do aprofundamento da cooperação, a manterem-se as atuais premissas do funcionamento da PCSD será muito improvável que a UE consiga tornar-se um ator global. Por isso, a PCSD é a arte do possível face à relevância do empenho dos Estados Unidos na defesa europeia e à ausência de um interesse de segurança comum europeu.

Referências bibliográficas

Branco, Carlos, 2017. A Defesa Europeia. In Viana, Vítor e Nunes, Isabel (coords.), Segurança Europeia. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp. 131-176.

Biscop, Sven, e Coelmont, Jo, 2012. CSDP and NATO. In Europe, Strategy and Armed Forces: The Making of a Distinctive Power. Nova Iorque: Routledge.

O EXTRAORDINÁRIO DE UM MUNDO EM MUDANÇA

J.A. Campos Neves, *CDN02*

Hoje, olhar o mundo, é um desafio à imaginação pela aparente complexidade em que evoluímos. Parece que as referências base se perderam, que o bom-senso foi esquecido, que não temos conceitos ou políticas congregadoras capazes, atirando-nos para um medo disforme, para uma incerteza paralisante de muitos setores da sociedade na maioria das democracias no mundo.

Mas a realidade é bem diferente. Vivemos um momento excecional e raro na história humana, onde percecionamos os reflexos de uma profunda mudança no nosso modelo civilizacional. Vamos apanhando sinais que são lampejos difusos das muitas, variadas e complexas transformações que, de forma inexorável, estamos a atravessar. Mas este é, também, um momento difícil, e não sem problemas, em que a humanidade, vai ter que saber repensar-se e redefinir-se, dado o esgotamento do seu quadro funcional dos últimos 200 anos. Esta é a causa primária da transformação em curso – o desgaste extremo do sistema de vida e sociedade.

O que somos, e como vivemos, resulta de condições extraordinárias, que soubemos utilizar, criando excedentes alimentares, e económicos, os quais foram institucionalizados na figura dos Estados, os quais permitiram a criação do modelo de sociedade atual. Este resultou da capacidade de analisar, criar e inovar, aproveitando recursos naturais e a energia disponível, para transformar o mundo, na forma de produtos, ideias e bens de consumo transacionáveis. Globalizamo-nos pelos produtos e mercados, pelas ideias e bens!

Tal, proporcionou mais-valias económicas que foram usadas na criação, ou no melhoramento, de sistemas de vida organizada e em comum como os de justiça, de educação, de saúde, de assistência social, de produção, ou em infraestruturas de comunicação, defesa e segurança, entre outros.

Hoje, vivemos num mundo global, de mercados, ideias, recursos, pessoas, mas também de ambiente, clima, doenças e problemas. Estamos, todos, interligados num modelo que foi levado até aos limites, e onde partilhamos o melhor, como suportamos o pior de forma transversal e sem fronteiras.

Soubemos edificar um mundo melhor, onde nunca tivemos tanta gente tão bem preparada técnica e cientificamente, dispondo dos elementos, e da mentalidade requeridas para a transformação do modelo vigente para um novo, mais adequado aos desafios que já estamos a enfrentar.

Há, pois, uma fratura geracional, onde os mais novos pensam, operam e trabalham num espaço virtual cooperativo e em rede, aberto e sem fronteiras, restrições ou preconceitos, e onde a informação é livre, mesmo se por vezes tingida por falsidades. Em confronto temos uma geração com uma visão restritiva de regras e limitada em geografias e conceitos, que se opõe à mudança e transformação que ocorre, porque no seu conforto analítico não se conseguiu adaptar ao mundo que soube criar. Foram ultrapassados pela criação coletiva mundial. Não estando errados, apenas são o fruto de um modelo exaurido e que não soube dar respostas aos problemas que foram emergindo.

Há, pois um confronto geracional, mas também ideológico, um conflito de regras contra novas regras, de conceitos contra preconceitos, de inovação contra manutenção, de criativos contra sistemáticos, numa escala acima da geografia dos países dos idiomas e das culturas.

Sabemos que o modelo energético mundial está em mutação, do petróleo e carvão para gás, com novas zonas petrolíferas, com novos recursos primários como o gás de xisto e as energias renováveis, obrigando o preço do petróleo a cair para valores que tornam incomportáveis a manutenção de governos que se fundamentaram na gestão criteriosa do preço do barril, na taxação do seu uso ou venda, e que não fizeram as transformações internas sociais e económicas suficientes.

Em simultâneo constatamos que a natureza, o ambiente e a biodiversidade, enquanto sistemas vivos, estão a reagir, e começam a apresentar na sua dinâmica uma reação visível nas alterações climatéricas em todo o mundo, alterando o nosso quadro de vida.

Constatamos, lentamente, que o modelo de *economia global* está em transformação, evoluindo para uma economia *continental (a continentalização)*, onde grandes

blocos de países, tenderão a operar em conjunto na defesa intrínseca das suas sociedades, de forma a tentarem preservar formas de poder e de estabilidade organizados.

Ao mesmo tempo, os sistemas financeiros estão cada vez mais desprovidos de capacidade de reação e controlo, às variações exógenas que os atravessam, arrastando blocos económicos para quadros de dívida, e países para situações de falência e escassez dos povos, inimagináveis.

A fiscalidade deixou de refletir a equação do Estado e o projeto social e de desenvolvimento regional, fragilizando governos, políticas e deslassando a matriz e união das pessoas. Este efeito é uma das causas primárias do descontentamento social, dos movimentos terroristas de inspiração religiosa, ou extremista ditatorial. Mas é ainda terreno fértil para plantar a discórdia em povos estáveis, com *fake news*, premeditadamente criadas e alimentadas por entidades/países externos, com o interesse em fragilizar democracias e dividirem regiões.

Constata-se que a lógica dos *grandes espaços*[3], ou grandes blocos, como a Europa, o NAFTA, ou o MERCOSUL, confrontam-se com problemas internos e externos decorrentes da procura de afirmação e poder perante novos atores, como os BRICs. Tal está a corroer as democracias, nos países mais desenvolvidos, e a destruir os Estados mais frágeis e as suas formas de governo, em variadas formas de atuação. Há uma erosão da democracia, em certos casos a sua suspensão parcial, em nome de promessas de estabilidade e crescimento, e do reafirmar de grandezas de outrora.

A par com este desmembramento estruturado da globalização, e em linha com a redefinição de grandes blocos, assiste-se à corrida aos oceanos, enquanto evolução dos modelos de afirmação marítima, mas onde o oceano assumirá um papel mais profundo da extensão da influência mercantil, constituindo-se como zona de prospeção, de defesa alimentar, ambiental e elemento de ligação entre margens, etc[4].

Assim, países que possuam ou assegurem a sua presença em vários oceanos serão as potências tendencialmente dominantes do futuro. Por isso o investimento no controlo de grandes zonas marítimas e nos portos pela China, na sua estratégia do "colar de pérolas", ou na presença marcante quer nos oceanos que banham os USA e na tentativa, as manobras da frota iraniana no Atlântico com apoio portuário da Venezuela, a corrida à travessia marítima do Antártico, ou na Europa a busca de assegurar a presença no Mediterrâneo como no Atlântico[5].

Neste quadro geral torna-se evidente questionarmos se a ordem internacional será mais erodida, se o valor entre os Estados se vai manter, e qual o rumo do pós-globalização.

Europa e o mundo.

A Europa reagiu mal e tardiamente aos problemas financeiros e sociais gerados pelas várias crises que desde 2008 o mundo tem sentido. Não soube entender que a imposição de conceitos conduzia à fragmentação, o qual era um caminho complexo e de risco. Por outro lado, na sua determinação exacerbada, não ponderou que a pressão colocada sob certos países foi excessiva, desnecessária e que seria a porta de entrada das potências emergentes, e dos fluxos de contrapoderes. Disso são exemplo os investimentos do extremo oriente, os fluxos de capitais e de pessoas para certos Estados-membros, como o descontentamento e os movimentos de extrema direita e de esquerda entre outros.

Não soube, o diretório europeu, entender o perigo da híper industrialização dos países da bacia do Pacífico, que entre 2000 e 2010, fizerem mais de 2 biliões de pessoas transitar da atividade rural para o setor industrial, e que ao acolherem empresas, tecnologia, know-how europeu criaram um vazio na origem que é uma das causas do desemprego explosivo de certas regiões.

Não se muda uma economia regional à mesma velocidade que se deslocalizam empresas!

A forma de funcionamento da Europa e as lideranças que tiveram não estiveram à altura dos problemas nem conseguiram congregar os principais atores na implementação de soluções que reforçassem a integração e a defesa do projeto comum. Por outro lado, a matriz identitária e cultural dos Estados-

[3] Termo utilizado pelo Professor Adriano Moreira na análise do conceito base da União Europeia. A Europa é um *grande espaço* de estados soberanos que optaram por partilhar parte da sua soberania em defesa da paz e da estabilidade e crescimento económico

[4] Importa analisar os conceitos do *Hypercluster da Economia do Mar* propostos pela AORN.

[5] De notar que este efeito é complexo quando as potencias dominantes são continentais e as marítimas (UK,FR) afastam-se do fulcro do poder de várias formas.

membro do Leste, e a ausência de uma cultura de centro e defesa, fragilizaram a imagem e a necessidade de resposta que era preciso ter sido dada, sobretudo no quadro das dívidas soberanas e do euro. Houve uma clara preferência em esquecer a integração, a entreajuda e no jogo palaciano em Bruxelas, o que abriu a porta a movimentos extremistas antieuropeus, dentro desta, sejam na forma de partidos, movimentos de descontentamento, críticas e de partidos que conquistaram o poder suportados em movimentos de esquerda, como de direita, que criaram uma imagem de deslasse e fragilidade do edifício comum. E como a perceção que as crises não terminaram, e que a capacidade reativa comum parece ser insuficiente, muitos voltam-se para soluções utópicas e erráticas, induzidas por ideias sem fundamento, mesmo que aparentando conduzir as políticas de forma determinada e segura. O exemplo maior é o BREXIT onde se estima que a influência externa no processo de tomada de decisão dos britânicos foi inteligentemente manipulada, ao que se aliaram partidos minoritários, sem tradição nem grande voz no quadro regional, mas que foram determinantes para o resultado final. De recordar o que ia acontecendo nos Países Baixos, em França, ou das posições pouco europeístas da Hungria, da Polónia, da Grécia e em Espanha, todos com influências externas de quadrantes ideológicos diferentes, hipoteticamente apoiados por potências externas, mas com um inimigo comum – o projeto europeu!

Existe, hoje, um potencial de desmembramento da UE, embora menor que há 3 anos. Este desmembramento pode ocorrer de forma evidente, ou ir sucedendo faseadamente, com uma Europa a várias velocidades, multicêntrica e vazia de capacidade externa de influenciar o curso das políticas vizinhas e de apoiar regimes estáveis e seguros, bem como de criar internamente emprego e devolver o bem-estar, a estabilidade e a segurança, que as pessoas consideram ter perdido.

Tememos que o conforto e a segurança que conseguimos ao longo das últimas décadas sejam mal compreendidos. A paz na europa, a prosperidade e a segurança interna e externa resultaram de uma confluência de fatores que cessaram, mas que podem ser substituídos por outros determinantes sólidos que assegurem a estabilidades e crescimentos necessários.

Este quadro piora, se numa nova crise, as identidades regionais se fortalecerem, o que é possível que ocorra, em especial quando sabemos que há países desde sempre europeus, países pseudoeuropeus e países nunca europeus dentro do espaço comum. Há um longo caminho ainda a fazer, que nas eleições para o Parlamento Europeu de 2019 podem ser reflexo do sucesso junto dos mais jovens, ou da fragilidade, se aquilo que lhes é essencial não lhes for percetível.

Ainda no quadro europeu, importa ver que as relações de cooperação transatlântica EU/USA estão em causa, em linha com a nova dinâmica do mundo, sobretudo como propagado pela governação Trump. O "chapéu defensivo" da NATO, e do exército norte-americano, está a ser retirado, e as novas alianças que tentam ser criadas, numa nova lógica geoestratégica, podem levar a uma crise de confiança, arrastando para a fragmentação da união e a extinção do euro. As mais-valias para potências externas, que se poderiam edificar dos escombros do projeto europeu, seriam imensas ao nível comercial e defensivo, como um novo tratado de Versalhes à escala do continente.

Mas para os Estados-membro o custo interno seria imenso pelo vazio de poder económico e pela destruição do modelo social em todas as suas vertentes.

Esta fragmentação, se existir, será catalisada por populismos e extremismos em resposta ao descontentamento económico, a algum disfuncionamento interno, ao desemprego, e a interesses estruturados, onde a democracia será secundarizada dando margem a desvarios políticos e à fragilização transversal da malha socioeconómica.

Relações externas.

Existe um conjunto de países que acabam por ser parceiros diretos do projeto europeu que sofreram ou beneficiaram com as várias crises. Se um dos grandes propulsores do crescimento dos países da bacia do Pacífico foi a facilidade de acesso ao mercado europeu, a crise acabou por reequilibrar a balança comercial a nosso favor, e também dos USA. Se a crise teve como efeito fragilizar o quadro económico dos países periféricos da Europa, o seu efeito estendeu-se aos nossos vizinhos diretos. No Mediterrâneo a *primavera árabe* resultou do abrandamento das relações económicas e do influxo de euros, a leste a Rússia, no pós-comunismo, usou a venda dos hidrocarbonetos (gás e petróleo) para criar

uma malha de dependências com a Europa, fortalecendo a defesa militar de outrora, que assegure uma hegemonia, sem, no entanto, ter realizado as reformas sociais, económicas e industriais necessárias.

No Médio Oriente os efeitos da primavera árabe, aproveitados por movimentos organizados que saíram da guerra do Iraque criaram uma situação de vazio absoluto de poder, que ainda não foi resolvida, mas onde a Rússia, aliada da Síria soube aproveitar, bem como a Turquia na sua vontade e lógica de ser um *player* regional de peso, que precisa de se reafirmar e assegurar o seu espaço de manobra. Uma equação complexa e muito difícil para o Presidente Erdogan mas que poderemos ter que vir a apoiar como chave para estabilidade no Mediterrâneo. A fragilidade da situação económica atual da Turquia, e a não consubstanciação enquanto potência militar, deverá piorar se os curdos se conseguirem autonomizar ou começarem um conflito local independentista. Um processo desta natureza poderia justificar a saída dos militares americanos da Síria e do Afeganistão, mudando o foco de conflitualidade para essa região, apesar de continuar a assistência à Arabia Saudita, embora de forma diferente.

No continente africano, a queda do governo líbio e a instabilidade no Magreb e Sahel, abriram a porta a um vazio de autoridade que pode ser uma ameaça para a Europa. Aparentemente derrotado na Síria e Iraque, o DAESH/ISIS tem uma presença na região estando em movimento para o sul do Sahara. A presença de forças militares de intervenção e interposição são uma tentativa fraca de estabilizar os governos, embora com diminuta capacidade de mudar o quadro local.

Neste caos a China soube aproveitar, na sua lógica mercantil, o espaço livre fazendo investimentos e apoiando governos locais numa estratégia diplomática de conquista de espaço futuro de atuação. A Europa perde, assim, parte da sua influência regional, sendo preterida por outras potências, por não ter entendido que em períodos de crise é essencial uma política expansiva e não uma linha restritiva e fechada.

Na américa latina o quadro é algo diferente. O ciclo de petróleo caro permitiu a ascensão ao poder de governos de esquerda que não fizeram as reformas necessárias para o contraciclo esperado e natural, encontrando-se, hoje, nos quadros políticos e sociais bem conhecidos. No entanto a presença da Europa é menor, sendo mais assegurada pela via dos antigos canais colonizadores de outros tempos, mas cuja matriz cultural e identitária é chave para parcerias de mútuo interesse. No entanto há tentativas claras da Rússia e China de se aproximarem e apoiarem nos quadros mais complexos como é o caso da Venezuela e Brasil, embora este último, por opção democrática optou por uma via mais impositiva e nacionalista, fundamentada no mercado livre, no afastamento do papel do Estado na economia e no controlo forte pelo Governo.

A vizinha Rússia.

O *mind set* russo, continua a assentar na defesa do seu território imperial, e a olhar para o ocidente como zona de interesse a ser controlada e, de certa forma possuída. A Europa, se não for parceira secundária da lógica de afirmação da Rússia, poderá tornar-se alvo de pressão fragmentária, que crie uma fragilização a qualquer resposta estruturada e conjunta que possa tentar produzir.

Daí o investimento no setor miliar, em centros informáticos, em equipas de *cibertécnicos* militares de dados e de ciber guerra, no apoio a movimentos minoritários extremistas, ou a qualquer mecanismo que corroa as bases socioculturais dos povos da Europa. Há um claro e inequívoco interesse em semear divisão para induzir parcerias, em criar novos corredores de influência e manipulação do poder.

Mas a Rússia é a sua equação impossível, por não ter investido no seu desenvolvimento interno, e por ter optado, exclusivamente, no comercio de gás e petróleo.

No *rebound* do preço do barril nos mercados internacionais, deixou de ter a capacidade de se sustentar, estando à beira de um colapso económico e consequentemente social. Por isso a estratégia expansionista de Putin numa deriva nacional-populista, onde ora invade um território, ora participa militarmente num conflito, polarizando a velha chama *czarista* e o nacionalismo populista, que mantém a população inebriada num hipotético esforço de afirmação da velha pátria e da glória do passado.

Putin está hoje preso entre a oligarquia que criou com o gás/petróleo caro, com uma Europa semiestruturada e com problemas, e com aliados de circunstância variáveis e pouco sólidos.

Sem grande capacidade económica, com o preço do petróleo a cair e com as sanções externas está preso a uma equação económica complicada assente numa

estrutura militar fortalecida, mas industrialmente inadaptada. Ele está numa corrida contra o tempo, o que pode colocar a Europa, numa posição complexa e frágil, porque o *softpower* só é real se existir um *hardpower* próprio ou emprestado, como o da NATO/USA, o que hoje está em causa.

É uma real corrida contra o tempo em que a Europa precisa de se rearmar, sem pretender conflituar, pelos efeitos devastadores que acarretaria.

Mas também a posição do governo russo, que na ausência de potencial económico interno, e de capacidade de assegurar condições de vida à sua população, pode ter derivas extremadas e invasivas em espaços adjacentes como os países bálticos, o médio oriente, e outras zonas de hipotético confronto e interesse.

Putin, enquanto governante inteligente e atento, tem a consciência dos desafios como dos riscos, e sabe, que no limite, a Europa e a Rússia, numa situação de extremo conflito poderão aliar-se face a ameaças externas, do bloco islâmico, de ameaças do Extremo Oriente, ou do vazio de autoridade, e governos, na bacia do Mediterrâneo.

Os conflitos a que temos assistido, as migrações de povos, são apenas sinais do mal-estar crescente na zona de influência Rússia-Europa em toda a sua extensão.

O quadro da RP da China

Quadro semelhante ocorre na República Popular da China, que pese embora os seus recursos económicos aparentemente infindáveis, e uma dinâmica organizada extraordinária, tem custos internos imensos e riscos de instabilidade social, porque assentou a sua equação económica na transformação da pobreza e num mercado externo sempre aberto e ávido dos seus produtos.

No entanto, esta equação demonstra ter limites e fragilidades que não se resolvem com o endurecer das políticas centrais do governo, no reassumir do poder pelo comité central nem pela depuração dos quadros corruptos.

A realidade é que a China, para manter a sua equação precisa de ter uma política de crescimento constante com um índice mínimo de 6,5% ao ano, o que no reflexo das crises, reduziu os fluxos comerciais e tem vindo a relocalizar as empresas europeias que se tinham deslocado para lá, num movimento de retorno à origem.

Em simultâneo, existem movimentos internacionais que tentam criar novas formas de barreiras, preconizando a imposição de taxas ambientais (*pegada* ou *barbatana de carbono*, *pegada social*, etc…) nos transportes de mercadorias, que forcem as empresas da RPC a assumirem a responsabilidade social e ambiental no que produzem e como produzem, num esforço de reequilibrar o jogo comercial global.

Por outro lado, os Estados Unidos da América, na guerra comercial que o governo Trump encetou pode vir a abrir as portas a movimentos similares noutros países, de bloqueio a exportações chinesas, e de mal-estar de forma indireta. Uma forma de bipolaridade económica pode estar a tomar forma, onde os aliados de cada lado ainda não se definiram.

Por estas e outras razões a China tem vindo, estrategicamente, a alargar os seus investimentos em países da zona euro, como Portugal, Grécia e outros, a entrar massivamente em África, antiga região de influência europeia, e a pretender construir uma rede de vias de comunicação que recuperem e liguem a Ásia à Europa, Lisboa a Pequim, num esforço desmedido *keinesiano*.

Tal permitiria criar dependências de longo prazo, mas também expandir e usar os recursos financeiros de que dispõe, numa espécie de plano de desenvolvimento mundial, que nos faça olhar mais para o oriente do que para o sul ou para o Atlântico[6].

Embora o quadro económico da RPC pareça ser de solidez, a tomada de poder e os sinais que podemos recolher, expansionistas e de interligação, são reflexos evidentes de uma necessidade de recriar dependências mercantis para a sobrevivência do próprio processo de mega industrialização que tem seguido. A globalização segundo o governo da China implica a criação célere de parcerias e a presença nos mercados base da sua economia. Se o quadro interno fosse outro este processo não seria apoiado de forma tão forte e evidente pelo governo central. As investidas externas e a presença em Portugal, e

[6] Sugere-se a consulta de:
https://www.weforum.org/agenda/2018/11/eurasia-indo-pacific-arctic-new-world-order/
https://www.weforum.org/agenda/2017/06/china-new-silk-road-explainer/
https://www.courrierinternational.com/grand-format/chine-route-de-la-soie-la-mondialisation-selon-xi-jinping
http://www.iris-france.org/wp-content/uploads/2018/05/Asia-Focus-71.pdf

noutros países da Europa corroboram a tese da expansão e da tentativa de substituição, ou contraponto dos nossos tradicionais aliados estratégicos. Particular interesse deve ser colocado na visita aos Açores, e no apoio que tem dado ao governo de Cabo Verde, potenciando um eixo marítimo Atlântico.

As equações impossíveis da RPC e da Rússia, e a tentativa de recuperar o passado imperial, recriando um espaço económico e de poder na nova ordem mundial, criam riscos, desafios e soluções aparentes a que a Europa e Portugal têm que saber posicionar-se e preparar-se para a hipotética ocorrência.

Portanto há que questionar o que podemos, e devemos fazer no novo xadrez mundial?

A Europa.

Sendo a Europa uma estrutura centrada na Alemanha, França e Reino Unido, enquanto pilares do edifício comum, a encruzilhada geoestratégica complexa que o *Brexit* criou, a prensa económica e social leste/oeste na Alemanha e a postura difícil da governação *Macron* está a produzir um conjunto de ameaças internas que se irão discutir nas eleições para o parlamento europeu de 2019. O potencial de uma deriva populista e a tentativa de desestabilização por grupos extremistas, apoiados por entidades externas, pode criar um clima de divisão e desconfiança no projeto europeu, nas suas instituições e nos governos dos Estados-membro.

A incerteza existe, e com ela o potencial falhanço de um projeto extraordinário de paz e prosperidade.

Num relatório interno[7] do governo alemão, erradamente divulgado, um dos cenários é o do desmembramento da EU até 2040, com as consequências que acarretam para a própria Alemanha, para o espaço do leste europeu, e sul, e as relações referidas com a Rússia e com o Médio Oriente e países do Magreb. Embora remoto este cenário deve ser considerado e analisado de forma a podermos agir e refletir em união, mas também salvaguardando o que somos enquanto país. Claro que não se pretende, nem se apoia um cenário onde a destruição do mais extraordinário projeto de prosperidade e paz mundial, seja colocado em questão ou atacado. Problemas existem, mas cabe a todos agir em benefício comum e futuro de todos os que o integram. Talvez o BREXIT possa permitir entender o que representa a perda da Europa por parte de alguns, e os custos e problemas que gera para todos.

O ano de 2019 vai ser o da discussão e reflexão interna dos povos da Europa, onde o BREXIT, com ou sem acordo será real, onde temos uma eleição na Europa, com uma nova crise em formação em torno dos mercados financeiros, podendo, mais uma vez, colocar em risco de forma profunda e longa a estabilidade que conseguimos manter e a paz que queremos preservar.

Os USA e a sua deriva populista, são o grito de partida para a modificação da globalização em direção à *continentalização*, mas também uma corrida a controlo dos grandes espaços/blocos, aos oceanos, como ao controlo empresarial ambiental, a políticas geoambientais em razão dos impactos inexoráveis e seu preço direto para as populações.

A mudança do paradigma energético, a proliferação de redes e a integração de algoritmos de IA, os sistemas de locomoção elétrica, a transformação da matriz de combustíveis, as *smartgrids*, as energias renováveis, são muitos dos domínios em que o mundo está a evoluir e a encontrar novas formas de operar.

Tal vai implicar modelos económicos e fiscais diferentes e mais adequados a uma realidade com formas concorrenciais diferentes, mais colaborativas e participativas emanantes do funcionamento em rede. O ensaio em torno da *critpomoedas* e a utilização dos *blockchain* são sinais evidentes de tentativas variadas e multifacetadas do que poderemos ter no futuro e como as instituições públicas e privadas podem ser transformadas.

Do micro plástico e do lixo nuclear às soluções de limpeza todos são motores do que hoje começa a acontecer enquanto realidade económica industrial que permite criar emprego durável e uma estabilidade diferente da conhecida. Está a ocorrer uma nova corrida à terra agrícola e ao plantio florestal na urgente tentativa de alimentar uma população crescente, mas que tem que repor a biodiversidade

[7] "Germany's Strategic Perspective 2040". Ver: https://briefingsforbrexit.com/germanys-strategic-perspective-2040/

natural, e as condições naturais de cultura sem componente geneticamente transformados.
No digital, novos computadores estão a sair dos laboratórios para as linhas de produção, na saúde, novos fármacos e técnicas aparecem, e com isso assiste-se a uma transformação um pouco diferente da baseada nas regras e métodos da era industrial.
Todos estes processos são fruto da inovação, produtos de um sistema de educação completo e elaborado que só os países onde a liberdade exista podem admitir, como é o caso de Portugal.

E Portugal no novo quadro?

Somos um país velho e sábio, um oásis num mundo em transformação e por isso a razão de nos termos tornado apelativos pela paz e pelo que soubemos fazer ao longo dos anos e nas crises que nos assolaram. Não temos uma solução definitiva, mas devemos ver a nossa identidade e futuro como um processo em constante evolução que requer sentido de Estado e elevação acima da *espuma do quotidiano*.
Perante os desafios e problemas da Europa e do mundo, torna-se imperativo considerarmos vários quadros hipotéticos, e deixar uma reflexão criteriosa tomar forma. Assim num primeiro cenário, devemos e queremos acreditar que a Europa se mantenha e prevaleça como grande espaço de democracia crescimento e desenvolvimento social, mas onde os erros e exageros do passado sejam retificados. Seja uma Europa federativa, ou antes centralista, uma Europa a várias velocidades e multicêntrica, uma Europa de quatro regiões (do sul latina, do norte, do leste e do centro), ou outra mas que saiba respeitar, preservar-se equilibradamente, e que seja capaz de se defender e projetar as suas forças, interesses e ideias muito para além das fronteiras e no tempo.
Mas esta Europa, utópica e necessária, pode sofrer uma reformulação profunda se os populismos chegarem ao poder a tentarem transformar o espaço de liberdade e paz numa fortaleza defensiva, ou numa desagregação desordenada, retornando ao passado dos Estados singulares sem capacidade interventiva ou voz única no mundo. Tal seria um desastre económico e social de proporções incomensuráveis para povos, empresas e mercados.
Num ou noutro caso, Portugal tem que saber estar e negociar, sabiamente, as suas mais-valias sem hesitações, tendo, por isso que criar políticas de expansão afirmativas e seguras, projetando-se para o mar, que é a nossa tradição e suporte secular. Mas deve repensar a forma interna de fazer a *polis*, de gerir a sua causa comum, o projeto secular que somos enquanto povo.
A criação de uma *Macro Região do Atlântico Centro*, em complemento a uma CPLP é uma necessidade porque na senda da *oceanização*, o vazio atualmente existente nessa zona permitira unir num projeto económico, social, cultural, ambiental e marítimo povos dos dois lados do oceano em cooperação estruturada e singular na defesa de uma identidade mundial ímpar.
Esta pode ser uma forma de projetarmos, todos, interesses na União Europeia, de defendermos fronteiras, na transição de modelos e de assumirmos o responsável controlo do mar, nosso por direito moral, não o sendo por ausência e delapidação da capacidade de intervenção e presença.
Mas devemos também olhar para dentro, e entender que políticas e ideias novas são essenciais para se refletir e aceitar o futuro em conjunto. Somos um povo com longo passado, e com um carácter definido e vincado, não nos oferecendo facilmente a tendências externas, mas antes diluindo estrangeirismos numa cultura própria.
Se queremos reequacionar o nosso futuro coletivo, devemos definir um horizonte e rumo, repensar o modelo económico, regressando ativamente à terra como ao mar, relançando a agricultura, a floresta, e, no mar, assumi-lo como a zona de expansão, incentivando a inovação e defendendo a educação como sustentáculos de um amanhã melhor.
Devemos reconsiderar o modelo fiscal, transformando-o em algo novo, diferente e justo, que reflita esta vontade e interesse enquanto povo, e que contenha as equações do Estado digno que somos e queremos.
Importa, também que olhar para o modelo político atual e para o seu funcionamento, para a divisão administrativa e territorial, para a justiça enquanto sistema simples de exercício de uma justiça inclusiva, para os regulamentos operacionais e regras institucionais que devemos manter, ou substituir, baseando as decisões num pacto de regime de longa duração, suportado por reflexões ponderadas e consensuais.
Só assim conseguiremos, num mundo em transformação sermos o referencial simples, mas sólido que podemos, soubemos e sabemos ser.

Talvez, assim, se cumpra Portugal!

GEOPOLÍTICA MUNDIAL. ALGUMAS CONSIDERAÇÔES SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL

Carlos Manuel Mendes Dias, *CDN 05*

A importância que a publicação gerada pela AACDN assume ou deveria assumir na sociedade portuguesa, na nossa opinião, exige acautelar, na abordagem de temática, tão específica (que por isso e paradoxalmente, induz a opinião generalizada), quanto tão eivada de alguma tecnicidade intelectual e académica, sem ostracizar práticas e experiências, dois ou três elementos essenciais:

i) quando falamos de geopolítica, a consciência deve ser interpelada pela transdisciplinaridade de saberes envolvidos, incluindo-se a sua evolução científica e imanentes conteúdos convivas (ex.: caso da própria geografia);

ii) quando falamos de geopolítica, a tal interpelação da consciência ilumina também sua matéria fulcral, isto é, o Poder, despojado «ab initio» não só de parcialidades morais (não querendo com isto dizer ausência de apreciações sobre a forma ou maneira em como é revelado), mas também de preconceito sobre o biologicamente existente desde tempos imemoriais, ou seja, hierarquias de Poder, a sua utilidade no cumprimento de finalidades dos diferentes agregados humanos organizados e a sua tipificação de organizador (que curiosamente se esvai quando, por utopia, o caos for enjaulado para sempre em cadeia divinamente eficiente e eficaz);

iii) quando tratamos de situação geopolítica atual, neste pequeno texto, estaremos apenas a respigar esse «tratamento» (que nem conseguimos aplicar à globalidade da ferida), dado o espaço atribuído que se agradece (que nos relembra da essencialidade do território para nós, seja ele terrestre, seja ele ciberespaço), quase a título de comentários; não estaremos a efetuar qualquer estudo, qualquer levantamento e análise dos fatores geopolíticos (Dias, 2018), para elencar consequências ou eventuais caminhos de futuro/cenários.

Agora descansados pela escrita cautela, avançaremos com a afirmação útil de que o último grande acontecimento que provocou alteração geopolítica à escala do mundo foi, de acordo com a nossa lente, o final da Guerra Fria e o desaparecimento da União Soviética, com várias sequelas em contexto (figura 1), apontando aqui, o facto de que, à altura (com atuais elementos de suavização), a potência controladora da Eurásia (entendida como Europa mais Ásia e não no seu restrito entendimento, como o «continente do meio», isto é, um território entre a Europa e a Ásia) – os EUA -, situava-se fora desse espaço geográfico (Brzezinski, 1997), as interações com esse território condicionariam a intervenção dos EUA no próprio mundo; e pela primeira vez, em cerca de 500 anos, nenhuma potência europeia era, efetivamente, que se pudesse afirmar, uma potência à escala do Mundo.

Figura 1: a retração soviética
Fonte: (Brzezinski, 1997:94)

Território eurasiático onde sempre houve entidades que funcionaram de contrapeso, por um lado e, por outro, cujo controlo/domínio naquele gigantesco território e não só, foi reconhecidamente efetivo. Verdadeiramente, espaço onde conviveram potências à escala do globo conhecido, organizadas politicamente em diferentes configurações, como a mongol, a turco-otomana, a soviética, a portuguesa, a espanhola, a holandesa, a romana, a persa, entre outras, via-se vazia, repentinamente, de tal tipo de "ente" organizado. O controlador era um e morava noutro local geográfico. A Europa, por exemplo, ficava pejada de pequenas/médias potências, desconfiadamente a diferentes escalas, mas não à máxima.

Será neste contexto que se pode perceber a eventual intenção norte-americana de evitar o surgimento de outro ator nesse espaço com essas características, particularmente se for hostil, a presença de

tradicionais aliados rodeando a Eurásia, de um ponto de vista e porta de entrada, de outro prisma de aproximação.

Por diretamente associada, cumpre, diríamos reforçar, a ideia da importância da Eurásia (Europa + Ásia), mais que não fosse pela constitucional iniciativa chinesa, com designação amarrada à viagem de Marco Polo e com materialização nos dois corredores principais – terrestre e marítimo -, tanto atravessando, quanto contornando, a grande massa terrestre pelo Sul, ligando o Império do Meio à Europa.

A constituição dos corredores integra múltiplas dimensões do Poder, com esqueletos nas infraestruturas, na educação, na cultura, entre outros, lembrando-nos tal caraterização da revelação da Força, isto é, a sua multidimensionalidade.

De igual maneira, reparem-se nos principais ou tradicionais aliados norte-americanos, bem posicionados no cerco e acesso à base geográfica de Mackinder, de Haushofer e de Brzezinski (figura 2) e na própria projeção do poder naval da primeira potência mundial, com particular realce para os espaços líquidos do Pacífico e do Índico, em virtude da maior eventualidade ou possibilidade de colisões.

Mas voltando ao desaparecimento da União Soviética, verifica-se da radical alteração, por exemplo, também no Cáspio; antes seria praticamente um lago russo, apenas partilhado com o Irão (e outrora era mesmo um lago russo, visto que a Pérsia a Norte também era controlada pelo urso) e hoje, outras entidades estatais nele bordejam (Turquemenistão, Cazaquistão e Azerbaijão). situação seria merecedora de inúmeras reflexões sustentadas noutros tantos factos (até porque em grande medida, estamos bem nos Balcãs Globais de Brzezinski (2004)), mas recordam-se apenas três ingredientes: a importância do petróleo de Baku para a Europa e dos próprios recursos energéticos caspianos (também para a Rússia e até China), o assunto do designado gasoduto eurasiático, e o próprio fator posição/localização relativo do próprio mar, que o valoriza funcionalmente, elemento que se ilustra pela preocupação dos países em o pululare com as suas armadas; como nos recorda Mações (2018:120): "Em outubro de 2015, uma fragata e três contratorpedeiros da Esquadra do Cáspio russa lançaram 26 mísseis de cruzeiro Kalibr 3M-14T sobre 11 alvos sírios".

A referência ao Cáspio, que do ponto de vista geopolítico, pode e deve ser associado ou conjugado com o Negro, cumulativamente nos transporta para o espaço caucásico. A abordagem respigada começa forçosamente pela geografia física que nos obriga a aceitar a visão de um conjunto montanhoso bem colocado na faixa separadora, exatamente, do Negro com o Cáspio.

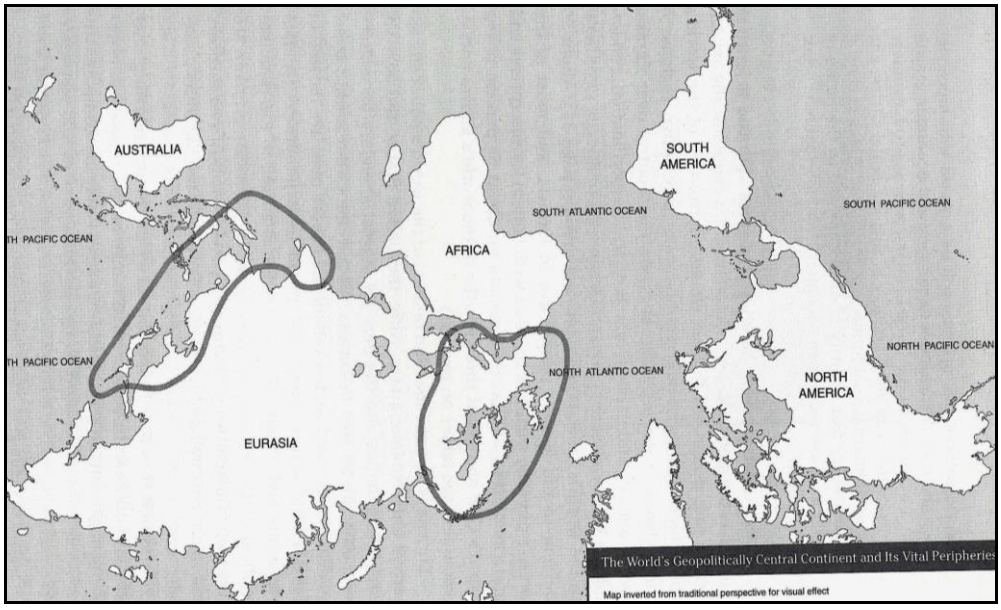


Figura 2: a Eurásia de Brzezinski
Fonte: (Brzezinski, 1997:34)

O Cáucaso rodeia-se de atores importantes, tais como o Irão, a Rússia e a Turquia e, todos devemos entender que para o segundo, o apelidado de Grande Cáucaso ou Cáucaso do Norte é absolutamente essencial e não pode ser cedido ou perdido. É que, após a sua putativa conquista, controlo ou passagem, está escancarada a porta para o interior dos domínios territoriais do «urso», na justa medida em que, no que à geografia física respeita, é uma gigantesca planície (Marshall, 2016).

A menção ao Ponto Euxino (mar Negro) pode, entre outros, conduzir-nos à Ucrânia e a toda a atual problemática associada. A brevidade induz-nos apenas a tecer ou a apontar as seguintes considerações ou elementos: i) a importância da base de apoio da frota russa do Mar Negro em Sebastopol. Acrescente-se que Odessa e Sebastopol asseguram à Rússia acessos comercial e militar, respetivamente, ao Negro e ao Mediterrâneo (é interessante pensar que a Crimeia nem sempre foi russa; era a Turquia a dona de tal território, que se viu derrotada pela Rússia, nos tempos de Catarina II); ii) a proximidade de Moscovo da fronteira formal e internacionalmente reconhecida da Ucrânia e de um terreno de intervalo aberto e plano; iii) se da condição potencialmente vulnerável ucraniana resultasse, de novo, o espraiar russo para ocidente, ocupando esse território, a consequente sequela materializava-se, de novo, na fatalidade da posição polaca, colocada na grande planície europeia, bem identificada, por exemplo, por Mackinder (figura 3) e que se tornaria naquilo que parece destino, mesmo algum determinismo, isto é, a fronteira da Europa a Leste; iv) os recursos do pivot geopolítico de Brzezinski (1997), especialmente os alimentares e nestes, os cereais; v) a posição ucraniana, também, de interposição, entre a Rússia e a Alemanha, o que obvia o acesso direto da primeira à segunda, sem ter que «pagar» (aliás, como de outros entes estatais, a como a Bielorrússia e em alguma extensão, a Polónia, Hungria e a Roménia, esta guardiã da fronteira marítima a Sul (está localizada bem no Negro).

Figura 3: Polónia, em terrenos de mobilidade
Fonte: (Mackinder, 1904:426)

Outras matérias ou elementos mereceriam, nem que fossem encolhidas referências: ix) estaremos a falar da Turquia e do seu papel equilibrador futuro com o Irão; x) do Ártico e Antártida; xi) de África e dos diferentes investimentos geradores, não só de fortes interdependências, mas também da corporização de diversificação, para evitar outras; xii) do obrigatório estudo de assuntos para uma análise geopolítica à escala mundial e até regional, identificados por nós em Dias (2012: 76-142); xiii) da União Europeia; xiv) do espaço exterior ou sideral e do ciberespaço (Dias: 2012), entre muitos.

Mas não foi possível - talvez uma próxima vez -, se aguçado o apetite.

Referências bibliográficas

Brzezinski, Zbigniew (1997). The Grand Chessboard- American Primacy and Its Geostrategic Imperatives. New York: Basic Books.

Brzezinski, Zbigniew (2004). The Choice. Global Domination or Global Leadership. New York: Basic Books.

Dias, Carlos Manuel Mendes (2006). Kissinger e Brzezinski. Lisboa: Prefácio.

Dias, Carlos Manuel Mendes (2012). Geopolítica. Velhas, mas novas aproximações e o contrário. Aveiro: Mare Liberum.

Dias, Carlos Manuel Mendes (2018). Geopolítica. Conceptualização Clássica. Faro: Sílabas & Desafios.

Mações, Bruno (2018). O despertar da Eurásia. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores.

Mackinder, Halford John (1904).“The Geographical Pivot of History”. The Geographical Journal. Vol XXIII (n.º 4): 421-437.

Marshall, Tim (2016). Prisoners of Geography. London: Elliott and Thompson Limited

A NAÇÃO, A SEGURANÇA E A DEFESA

Manuel José Rafael de Jesus Alves, *CDN 95*

Portugal, sendo um Estado de direito democrático, visa uma sociedade mais justa e mais segura de modo a que o conjunto dos cidadãos que vivem no espaço nacional possa sentir-se realizado no pais onde nasceram, trabalham e aspiram a usufruir de uma vida sempre mais digna e consentânea com o espaço económico e geográfico onde o país se encontra inserido..

Uma das obrigações nucleares do Estado é garantir a protecção dos portugueses, interna e externamente, sempre que as suas vidas e os seus bens sejam colocados em risco por Estados ou organizações que visem derrubar as instituições democráticas.

Às forças armadas e de segurança cabem, nos termos constitucionais, garantir essa protecção recorrendo aos meios que o Poder Político lhes faculta e de acordo com o que for superiormente definido pela Assembleia da República e pelo Governo.

As forças armadas portuguesas, através dos seus chefes máximos (CEMGFA, CEMA, CEME e CEMFA) indicam ao poder executivo (ministro da Defesa Nacional) as carências dos três ramos e as prioridades que se revelem mais pertinentes face às missões que as forças armadas levam a cabo, interna e no âmbito internacional (Nações Unidas, NATO, União Europeia, etc). Cabe ao governo apreciar e aprovar os programas que os três ramos lhe apresentam para, posteriormente, a sua proposta ser remetida para o Parlamento cabendo aos deputados a votação final desse documento.

O Conselho de Ministros aprovou recentemente uma Lei de Programação Militar para o período 2019/2030 no montante de 4.470 milhões de euros o que significa que as habituais Leis de Programação Militar (LPM) aprovadas para serem aplicadas num período de quatro anos são agora colocadas num pacote único de doze anos o que, em nossa opinião, não é a forma mais correcta de se pensar na questão militar em termos de aquisição de equipamentos, cada vez mais caros e sofisticados.

As Carências Actuais das Forças Armadas

Numa primeira abordagem pode-se dizer que as forças armadas portuguesas apresentam-se muito carenciadas em determinadas áreas e que qualquer LPM terá de ser muito claramente estruturada de maneira a que os três ramos recebam, atempadamente, os meios que, isolada ou em conjunto com militares aliados ou amigos, lhes permitam desempenhar com eficácia, rapidez e segurança qualquer missão que o Poder Político lhes indique.

O Exército, e não abordamos aqui a espinhosa tarefa que se coloca ao ramo para conseguir praças para os seus quadros, tem carências a vários níveis, que se elencam:

1) A ausência de helicópteros de transporte, reconhecimento e de ataque, meios fundamentais para um eficaz emprego das suas forças especiais (comandos e páraquedistas). Decorreram já duas décadas desde os planos para se dotar o ramo terrestre com estes aparelhos mas, ao que parece, esse projecto morreu na praia não obstante as promessas de vários governos e dos gastos realizados na formação de alguns pilotos..

2) Não existe um sistema de defesa anti-missil de média e longa altitude e os meios existentes (Chaparral e Stinger) não se adequam a esse fim. Os canhões antiaéreos bitubos de 20mm estão ultrapassados face ao poder e à velocidade dos meios aéreos actuais (aviões e helicópteros de combate).

3) A Brigada Mecanizada Independente é um museu de material da família "M-113" que dificilmente aguenta um embate com os actuais meios mecanizados existentes e o próprio "Leopard 2A4", sendo um dos melhores carros de combate do mundo, poderá ter os dias contados face ao aparecimento de novos mísseis anticarro e à própria doutrina actual discutida no seio de alguns países da NATO sobre o seu uso em campo de batalha aberto.

4) Os veículos blindados de transporte da classe "Hummer" têm-se revelado pouco seguros quando confrontados com engenhos explosivos artesanais. Só milagres diários têm evitado que as forças nacionais destacadas em áreas críticas do globo sofram baixas. Saúda-se a decisão de comprar veículos a Espanha, país que os possui devidamente

capazes de realizar essas tarefas.
5) A artilharia de campanha carece de uma substituição/modernização urgente. Novos radares mais rápidos e com maioir alcance são fundamentais..
6) A engenharia precisa de novos veículos vocacionados para acções em que se exiga um especial cuidado na protecção de forças de combate (infantaria, cavalaria). .
7) O parque de camiões tácticos e de transporte geral é muito obsoleto face ao grau de utilização em que são utilizados.
8) Finalmente, são necessários meios áreos não tripulados para a vigilância do campo de batalha.

A Marinha, não obstante ter ainda problemas no preenchimento dos seus quadros de praças, apresenta também lacunas algumas delas detectadas há já mais de vinte anos.
1) O tão falado navio polivalente (LPD, LST), uma unidade naval fundamental para que o Corpo de Fuzileiros se complete nas suas missões de desembarque, tem sido adiado e deixaram-se passar algumas soluções provisórias e baratas (classes "Newport", norte-americana, e "Bay" britânica, o "Siroco" francês). Para não falar dos helicópteros, das viaturas blindadas de combate e dos mísseis terra-ar portáteis, meios sem os quais a infantaria de marinha ficará enormememte limitada na sua actuação.
2) O petroleiro "Bérrio", um veterano com já 20 anos de serviço na *Royal Navy* e 28 em Portugal, pouco mais poderá dar à Armada e não obstante a dedicação das suas várias tripulações que o guarneceram. Os eataleiros nacionais (falamos dos de Viana do Castelo) poderão resolver este problema até porque se trata de uma navio sem as exigências técnicas de uma unidade naval combatente.
3) A modernização das três fragatas da classe "Vasco da Gama" reveste-se de urgente sob pena de lhes acontecer o mesmo que às da classe "Almirante Pereira da Silva". A modernização, em curso ou projectada, das duas unidades da classe "Bartolomeu Dias/Karel Doorman" é um bom sinal para os nossos marinheiros.
4) Finalmente, os meios aéreos da Armadas terão de ser consubstancialmete aumentados de modo a que os patrulhas da classe "Viana do Castelo" sejam dotados de helicópteros que completem a sua tarefa oceânica. Aliás, espera-se que novos patrulhas entrem ao serviço a médio prazo pois não é rentável ter ao serviço navios de 1969/70, e vocacionados para operarem em águas quentes. A modernização em curso dos "Lynx Mk.95" não deve fazer esquecer a compra de mais dois ou três novos aparelhos com as mesmas capacidades para equipar as cinco fragatas em situações de emergência

Quanto **a Força Aérea**, sendo o ramo mais jovem das forças armadas, tem conseguido, não obstante as limitações financeiras impostas, alcançar os seus objectivos mas carece de alguns ajustes e alguma modernização.
1) Os velhinhos "Alouette III´s " já deram o seu enorme e histórico contributo para a FAP e merecem um digno descanso. Novos helicópteros de ligação, observação e reconhecimento serão fundamentais para a componente aérea das nossas forças armadas.
2) Os "F-16A/B", e não obstante os milagres que a *"Doca 5"* tem operado na sua modernização/ manutenção, precisarão, num prazo de uma década, ou menos, ser substituidos por aparelhos da quinta geração (Rafale, JAS Grippen, Typhoon ou a nova versão F-16 encomendada por vários Estados árabes).
3) Os "TB-30 Epsilon" estão já com quase trinta anos de vida, deve-se colocar a hipótese da sua substituição a médio prazo e no mercado há bons aparelhos que satisfazem integralmente os objectivos da FAP em termos de treino de segundo escalão para os seus pilotos.
4) A FAP vai ou não ser equipada com meios para combater os incêndios florestais? A confirmar-se há que acautelar a aquisição de meia dúzia de aparelhos de entre os muitos que existem nos mercados mundiais de aviação.
5) Finalmente, a baixa dos "Alpha Jet" deixou um vazio na formação avançada de pilotos de caça e não nos parece que a formação dos mesmos nos EUA seja a que mais serve os interesses nacionais e da Força Aérea.Por outro lado, fazem falta os saudosos "Asas de Portugal" que, nos desfiles militares e exibições aéreas, cobriam os céus portugueses com as cores verde e vermelha da nossa bandeira.

A Cimeira da NATO em Gales

Na Cimeira da OTAN, em Gales, em Setembro de 2014, ficou acordado que os países membros da Aliança se obrigavam a dedicar 2% do seu PIB com

a Defesa e que 20% desse valor seria canalizado para a compra de material militar.

Vários países manifestaram sérias reservas a que esses objectivos fossem alcançados face às prioridades que os Estados têm pela frente e também porque a Opinião Pública dos mesmos vè com muita desconfiança qualquer aumento dos gastos com a Defesa. Dos 29 membos da NATO só cinco dedicam 2% ou mais % à Defesa, sendo que dois deles, EUA e Reino Unido, são dois dos mais fortes membros da Organização.

Os EUA vêm mantendo uma posição firme sobre esta questão e exigem que os seus aliados europeus sejam mais solidários com a defesa comum, questão que tem minado a confiança entre os dois lados do Atlântico.

O governo português garantiu que até 2024 Portugal atingiria o patamar exigível dos dois por cento e que a progressão até aquela data seria feita tendo em conta a crise económica que o país viveu após 2011 e a subsequente recuperação em curso.

A Actual Situação Económia de Portugal e as Prioridades que se Colocam

Portugal continua a ter prioridades em áreas importantes de que se destacam a modernização dos caminhos-de-ferro, de alguns portos, da saúde, entre outras. Assim, a modernização das forças armadas, sendo indispensável e também revestindo um carácter urgente, passa por um debate sério e profundo na casa da democracia, que é a Assembleia da República.

Na já referida decisão do Conselho de Ministros, o governo propõe um investimeno na modernização das forças armadas no montante de 4.470 milhões de euros o que dá uma média anual de 373 milhões de euros por ano para o período 2019/2030, sendo que, de momento, as forças armadas têm em curso alguns programas de aquisição de meios que contemplam o Exército (viaturas blindadas tácticas, mísseis terra/ar, veículos aéreos não-tripulados, espingardas automáticas que visam a substituição das já ultrapassadas "G-3") e a Marinha (o patrulha "Setúbal" em construção em Viana do Castelo).

Do caderno agora apresentado consta a aquisição do seguinte material, o mais significativo: para a Marinha, seis patrulhas no valor previsto de 350 milhões de euros, um navio polivalente logístico no valor de 300 milhões de euros e de um petroleiro que poderá custar 150 milhões. Não se fala, ao que parece, dos meios necessários para equipar o navio polivalente I (lanchas de desembarque, helicópteros e viaturas blindadas de combate e outras necessárias) para que essa unidade naval fique cabalmente pronta para realizar com eficiência as suas tarefas.

A Força Aérea será contemplada com cinco ou seis aviões de transporte táctico no montante de 830 milhões de euros e seis helicópteros ligeiros a que serão atribuidos 53 milhões de euros. Nada se diz sobre aviões vocacionados para o combate aos incêndios florestais, ou será que os seis programados helicópteros poderão assumir essas missões?

Numa tentativa de se saber se é ou não possível o governo ir mais longe na modernização das nossas forças armadas e tendo em consideração as carências que já abordámos, elaborámos um pequeno estudo a partir do PIB português e da atribuição à Defesa das verbas que a Cimeira de Gales determinou como as ideais para que a NATO possa desempenhar as suas missões face às ameaças potenciais que se colocam à organização.

Neste sentido, tivemos como critérios os seguintes factores:

1) O crescimento do PIB nos termos das estimativas avançadas pelo Banco de Portugal para os anos de 2018 a 2021 (2,1%, 1,8%, 1,7%, e 1,6%).

2) O crescimento do mesmo PIB com base em estimativas que calculámos e com base nas referidas previsões da referida instituição bancária (1,5%, 1,4% e 1,3%), isto é, seguimos uma previsão em queda por cautela face às dificudades que a Economia mundial, em geral, e portuguesa, em particular, poderão conhecer nos próximos seis anos (2019/2024).

Desses montantes anuais atribuídos à Defesa retirámos 2% para aquisição de equipamentos para, no final, comparamos esses valores com os agora atribuídos pelo executivo para um período mais longo, até 2030.

O PIB português atingiu os 194.613,5 milhões de euros em 2017 e a percentagem atribuída à Defesa ficou-se nos 1,32% (2.340 milhões de euros).

Partindo das já mencionadas estimativas do Banco de Portugal, o PIB nacional poderá atingir os seguintes valores (em euros):

2018 = 198.700 milhões
2019 = 202.276
2020 = 205.715
2021 = 209.000

Se aceitarmos que o mesmo PIB continuará a descer até 2024, poderemos prever que o mesmo atinja os seguintes valores (em euros)

2022 = 212.135
2023 = 215.100
2024 = 217.900

Assim, a percentagem do PIB alocado à Defesa deveria ser a seguinte (em euros):

2018 = 1,4% (2.781 milhões)
2019 = 1,5% (3.034 milhões)
2020 = 1,6% (3.291 milhões)
2021 = 1,7% (3.553 milhões)
2022 = 1,8% (3.818 milhões)
2023 = 1,9% (4.087 milhões)
2024 = 2% (4.358 milhões)

Se dessas quantias destinadas à Defesa se retirassem 20% para a aquisição de novos equipamentos obteríamos os seguintes valores (em euros):

2018 = 556 milhões
2019 = 607 milhões
2020 = 658 milhões
2021 = 711 milhões
2022 = 763 milhões
2023 = 817 milhões
2024 = 871 milhões

Assim, se Portugal seguisse as recomendações da NATO no sentido de ser atribuído 20% do PIB da Defesa para a aquisição de novos meios para as suas forças armadas, esse montante, só até 2024 (o governo assumiu que 2% do PIB iriam para a Defesa) seria de 4.983 milhões de euros, 711,8 milhões por ano.

Como o governo pretende, com a LPM para 2019/2030, encaminhar 4.470 milhões para esse fim, existe desde logo uma diferença muito significativa pelo que será duvidoso que as forças armadas consigam, a médio/longo prazo, renovar e modernizar todos os seus equipamentos, daí derivando consequências gravosas para a segurança do Estado.

Conclusão

Sendo uma realidade indesmentida que as forças armadas portuguesas assumem hoje em dia um papel extremamente importante na garantia da soberania e da liberdade do país e na afirmação externa do Estado português (atente-se, por exemplo, ao valor das missões e à eficiência das forças nacionais destacadas no Afeganistão e na República Centro-Africana) os militares portugueses, para desempenharem cabalmente e sem riscos as suas difíceis e cada vez mais complexas tarefas, necessitam de dispor de meios à altura das obrigações assumidas e, também, para, nos termos da Constituição da República, garantirem a unidade da nação e a defesa e integridade do território nacional e de todos os portugueses incluindo os que, em terras estrangeiras, podem ter de ser socorridos em situações de rupturas políticas ou sociais.

Ao Presidente da República, como comandante supremo das forças armadas e tendo sido eleito maioritariamente pelo povo, à Assembleia da República, como órgão de soberania de todo o povo, e ao Governo, como gestor do dia-a-dia do país, cabem as responsabilidades no que concerne à defesa nacional e às condições em que os homens e mulheres que servem no aprelho militar exercem as suas missões, cá dentro e no exterior.

Porém, qualquer Lei de Programação Militar, seja qual for o partido que detenha o poder, terá de ser coerente e precisa e, em nossa opinião, um diploma com as características como o que agora vai ser apreciado e votado no nosso Parlamento, para vigorar por um período de doze anos, merecia um amplo debate público pois dele depende o futuro de Portugal num mundo cada vez mais estranho, radical e sem líderes.

ECONOMIA CIRCULAR NA DEFESA

Mário Rodrigues Pontes, *MSc*, *Partner da MGI(Portugal), CDN 10*

Economia Circular é um conceito lançado em 2012 por oposição ao conceito de Economia Linear. Durante as três primeiras fases da Revolução Industrial, o crescimento exponencial das capacidades de produção, distribuição e transporte originaram uma economia de uso intensivo que gradualmente conduziu a duas consequências negativas, o risco de esgotamento de recursos e o excesso de resíduos (alguns deles altamente tóxicos) de longa permanência na Natureza. Conhecido como "take-make-dispose", a chamada economia linear começou a ser posta em causa na mesma altura em que a quarta fase da revolução industrial, conjugada com o auge das alterações climáticas e ambientais negativas provocou uma onda generalizada de movimentos, opiniões e decisões críticas, contra aquilo que se designou como limites de utilização dos recursos naturais.

Este novo conceito, a Economia Circular, ao promover novos fluxos de restauração e renovação, num processo integrado, baseado na redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia, é vista como um elemento chave para promover a dissociação entre o crescimento económico e o aumento no consumo de recursos, relação até aqui vista como inevitável para o progresso económico.

Baseia-se na maximização de quatro pressupostos: o circulo interior (inner circle) que postula que quanto menos os materiais tenham de ser alterados entre o fim de um uso e o começo de outro mais eficiente maximiza o seu ganho e reduz os riscos de consequências negativas. O segundo pressuposto é o do tempo de circulação (circling longer), que defende que quanto maior for o número de reutilizações ou o tempo das mesmas maior será o ganho potencial. O terceiro é chamado de uso em cascata (cascaded use), que consiste em alterar a aplicação dos materiais que não têm forma de serem aplicados no mesmo produto, e podem ser reconvertidos em matérias primas de produtos diferentes. Finalmente o pressuposto de circulos puros (pure circles), ou seja, os fluxos de materiais não contaminados aumentam a eficiência, mantendo a qualidade, particularmente em materiais técnicos, o que conduz a uma maior longevidade e aumento da produtividade dos bens.

O Plano de Acção Europeu para a Defesa (PAED/EDAP) e a Economia Circular

Em 2011, a Comissão Europeia criou uma Task-Force para a Defesa, com o objetivo de reforçar o setor através da mobilização de todas as políticas pertinentes da UE. Tendo em vista esse objectivo, o Serviço Europeu de Acção Externa e a Agência Europeia de Defesa foram plenamente associados ao trabalho da task-force e à preparação da Comunicação (2013) 542 com o título "Para um setor da defesa e da segurança mais competitivo e eficiente" (Comissão Europeia, 2013), publicada em 24/7/2013.

Esta comunicação propunha 32 acções para responder a 8 linhas de orientação: Contributo da Comissão Europeia para o reforço do setor da defesa e da segurança, Reforçar o mercado interno da defesa, Promover uma indústria da defesa mais competitiva, Explorar o potencial de dupla utilização da investigação e reforçar a inovação, Desenvolvimento de capacidades, Espaço e defesa, Aplicação das políticas energéticas da UE e instrumentos de apoio no setor da defesa e Reforçar a dimensão internacional.

Esta comunicação concluia que "*só será possível manter e desenvolver as capacidades de defesa necessárias para enfrentar os desafios atuais e futuros num clima de fortes restrições orçamentais se forem efetuadas reformas políticas e estruturais profundas. Chegou o momento de adotar medidas ambiciosas.*", conclusão que seguia de perto as afirmações citadas no mesmo documento, de Durão Barroso enquanto Presidente da CE no discurso do estado da união em Setembro de 2012: "*O mundo precisa de uma Europa que seja capaz de enviar missões militares para ajudar a estabilizar a situação em áreas de crise... Precisamos de reforçar a nossa Política Externa e de Segurança Comum e de uma abordagem comum em matéria de defesa, porque juntos temos o poder e a escala para tornar o mundo um lugar mais justo, regido por regras e em que os direitos humanos sejam respeitados*", e as conclusões do Conselho dos Negócios Estrangeiros de 19 de

novembro de 2012: "*O Conselho reitera o seu apelo a que sejam mantidas e desenvolvidas as capacidades militares para apoiar e reforçar a PCSD. É nelas que assenta a capacidade da UE para atuar como garante da segurança no contexto de uma abordagem global mais vasta (e) a necessidade de uma indústria europeia de defesa forte e menos fragmentada para apoiar e reforçar as capacidades militares da Europa e a capacidade de atuação autónoma da UE*".

Nesta sequência, em Setembro de 2016 no seu Discurso sobre o Estado da União (Junker, 2016) o Presidente Junker declarou: "*Para garantir a nossa segurança coletiva, temos de investir no desenvolvimento em comum de novas tecnologias e equipamentos de importância estratégica – desde capacidades terrestres, aéreas, marítimas e espaciais até à cibersegurança. É necessária uma maior cooperação entre os Estados-Membros e uma maior partilha dos recursos nacionais. Se a Europa não tomar conta da sua própria segurança, ninguém o fará por nós. Uma base industrial de defesa forte, competitiva e inovadora é o que nos dará autonomia estratégica.*", preparando a Comunicação de 30 de Novembro que lançava oficialmente o EDAP/PAED - Plano de acção europeu no domínio da defesa: para um fundo europeu de defesa (Comissão Europeia, 2016).

Este documento propõe a criação de um Fundo Europeu de Defesa, apoiar a eficiência dos gastos em capacidades militares conjuntas aos Estados Membros e a promoção de uma base industrial competitiva e inovadora, no sentido de reforço da segurança dos cidadãos europeus, mas sobretudo porque inclui uma diretiva para transpor os princípios da economia circular para o setor da defesa. O argumento para a necessidade de agilidade e proactividade no sector de defesa é determinante, e integrar princípios de economia circular, significa que estes modelos devem abordar não só o consumo de recursos, mas igualmente as prioridades das Forças Armadas e de Segurança. Eficiência, Eficácia e Economia, têm de ser conjugadas com Capacidade, Desempenho, Segurança, Logística, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em nome da operacionalidade e prontidão deste importante sector de Soberania do Estado.

Case Studies

Neste ponto, não tenho dúvidas em defender que um dos melhores exemplos de economia circular no sector da defesa é de implementação portuguesa (com o apoio dos EUA), e foi iniciado antes de todas estas formulações teóricas e documentos. Desde 2001 que a Base Aérea nº 5 da FAP (Monte Real), iniciou um processo designado por MLU (Mid Life Update), programa que envolveu a modernização do LOCKHEED MARTIN F-16, através da integração, recuperação e reutilização de materiais na manutenção futura da aeronave, sem afetar a eficiência militar e as capacidades operacionais, o que permitiu extender a sua capacidade operacional por cerca de 20 anos e, mais recentemente, concretizar um programa de alienação destas aeronaves para a Roménia. A maior parte dos Auditores teve oportunidade de visitar a BA5 e ver o processo em pleno desempenho.

Outro exemplo, no Reino Unido, o Ministério da Defesa utiliza um processo conhecido como gestão da vida útil, através de uma abordagem integrada de aquisições e suporte de equipamentos, identificação das reais necessidades de capacitação militar e optimizando a reutilização e reciclagem ao máximo do equipamento antes da eliminação dos excedentes. Mais recentemente foi anunciado pelo MD dos Países Baixos um programa de reutilização dos fardamentos.

A "crise" e a "austeridade" não podem servir de desculpa para tudo e a economia de defesa em Portugal tem uma longa história de eficiência e eficácia de utilização de recursos em ambiente de racionalidade económica.

A Economia Circular aplicada à Defesa, emerge como um conceito em que vale a pena apostar.

Referências bibliográficas

Comissão Europeia, C. (2013). Para um sector da defesa mais competitivo e eficiente. CE. Bruxelas: CE.

Comissão Europeia, C. (30 de 11 de 2016). Plano de ação europeu no domínio da defesa: para um fundo europeu de defesa. Obtido em 20 de 12 de 2019, de https://ec.europa.eu: https://ec.europa.eu/commission/priorities/state-union-speeches/state-union-2016_en

Junker, J. C. (14 de 09 de 2016). State of the Union 2016. Obtido em 20 de 12 de 2018, de https://ec.europa.eu/commission/: https://ec.europa.eu/commission/priorities/state-union-speeches/state-union-2016_en

Pontes, M. R. (2018). Quarta Revolução Industrial: O papel da geoeconomia. Cidadania e Defesa, 27-28.

OPINIÃO/ ENTREVISTA

Rodolfo António Cabrita Bacelar Begonha, *Major-General (Ref), CDN 93*

O Livro

Publicado recentemente, «O Primeiro Ranger Português» é um desafio que nos motiva a fazer uma viagem intensa pelos anos sessenta do século XX.

1. Qual é a mensagem base do livro?

Pode considerar-se que o livro contribui para dar a conhecer o que se entende por Rangers, como apareceu essa designação no Exército Português e as decisões que conduziram a não oficializar o nome Ranger, embora a tradição o tivesse mantido. Além disso tratou-se também de transmitir algo sobre um tempo da nossa História Militar onde se efectuou um esforço grande para adaptar mentalidades e meios a um novo tipo de guerra.

2. Como surge a ideia de escrever o livro sobre os Bravos de Lamego?

Incentivos de familiares e amigos e um certo sentimento de responsabilidade em transmitir conhecimentos aos mais jovens. Convém que os componentes de hoje das Forças Especiais conheçam toda a sua história, desde o início, e a incorporem na sua identidade e valores fundamentais. Um período importante da minha vida, em que vivi uma experiência marcante, conduziu-me aos EUA onde o Curso tem um nível de instrução muito elevado, a Lamego, onde se situou a "Escola" nacional, e a Angola onde dois anos em operações prestaram ensinamentos significantes.

A Experiência Americana

3. Nos Estados Unidos, o treino foi muito intenso e exigente. O que trouxe dessa experiência, pessoal e profissionalmente?

Em todas as fases do Curso e em todos os lugares por onde passei, estive sempre com preocupação de aprender e reflectir sobre o que estava a acontecer. Dessa experiência impressionou-me a organização da instrução e a competência dos instrutores. Mas o Curso Ranger tem duas dimensões, sendo uma delas a que se ensina (com prática) como se realiza uma missão Ranger, do princípio ao fim, e sempre com pormenor. Isto é, como se ensina a comandar um grupo de militares organizados a dirigir-se a um objectivo, normalmente distante, cumprir a missão recebida e regressar a "casa"!

4. Gostaria de partilhar com os nossos colegas e amigos auditores alguma história em particular, vista da perspetiva americana?

Talvez interesse dar ênfase a um aspecto da instrução em que alguns dos instrutores introduzem momentos de descontração que suscitam sorrisos por parte dos instruendos, como foi o caso do instrutor de cobras que recebe uma mordidela de uma cobra no braço nu, para que os instruendos possam ver bem; ou aquele que atira uma cobra para cima dos instruendos, que apanham um enorme susto, mas que afinal é só uma corda com um laço; ou o instrutor de alpinismo que numa saliência de rocha pronunciada, sobre um enorme precipício, canta e fuma um cigarro; ou então da parte dos instruendos que no final de alguns períodos de instrução, correm para o instrutor, de cuja instrução gostaram, e o atiram para dentro de água fardado, como testemunho de agrado e agradecimento.

5. Os anos sessenta são marcados pela Crise dos Misseis de Cuba. Trata-se de uma década de profundas mudanças internacionais, de entre as quais a tensão no mundo bipolar, a emergência do Terceiro Mundo pós-Bandung, e uma nova onda de descolonizações. Como foi viver estas mudanças a partir dos Estados Unidos da América?

A crise de Cuba foi muito marcante para os EUA e para todo o Mundo. Recordo que na última fase do Curso, na Flórida, no aquartelamento Ranger, tinha sido colocado o mapa de Cuba, para que todos vissem a distância curta para os EUA. Pela primeira vez acontecia que os EUA estavam com o inimigo à porta. Os militares americanos olhavam atentamente para a situação obviamente tensa e perigosa que se viveu. Outra questão implícita na pergunta é a da onda de descolonização que se desenrolava e que não foi devidamente entendida pelo poder político português de então.

Novo eixo estratégico: de Fort Benning a Lamego

6. De Lisboa a Lamego - De regresso a Portugal, como foi a operação de lançamento do 1º Curso de Instrutores e Monitores de Operações Especiais em Lamego? O que mais destaca nesse período?

O militar é instruído para cumprir a missão recebida, com os meios que lhe proporcionam e com maior ou menor dificuldade. A questão, no caso, pode ser colocada da seguinte maneira: recebi a missão de simultaneamente: deslocar-me para Lamego, e num prazo curto organizar o Curso com todo o apoio possível do CIOE, com orientação mínima; instruir uma Companhia de Artilharia para seguir sob o meu comando para Angola, imediatamente após o Curso; elaborar o programa completo do Curso; resolver a questão da falta de instrutores e monitores especializados; conseguir instalações mínimas possíveis.

O planeamento obrigou a que tivesse que dar outro Curso abreviado a oficiais e sargentos nomeados para instrutores e monitores, enquanto os instruendos do Curso se preparavam física e psicologicamente no CMEFED, em Mafra.

Com bons colaboradores aproveitaram-se os recursos disponíveis e a missão foi cumprida.

7. Qual o perfil das Operações Especiais? Por que razão foram constituídos em Portugal?

O perfil das Operações Especiais não foi devidamente discutido com o Estado Maior do Exército. Mas houve uma orientação que apontou como referência o Curso Ranger dos EUA, salvaguardadas as diferenças em meios humanos, infra-estruturas, etc.

Em termos de guerra subversiva e de guerrilhas a resposta não é feita com grandes exércitos clássicos, mas sim com grupos relativamente pequenos, bem treinados para missões difíceis, com grande mobilidade e resistência à fome, ao cansaço, ao frio ou calor. E essa foi uma das grandes transformações a que o Exército Português teve que fazer face. Treinar pessoal com capacidade para um tipo de operações Ranger confere às Forças Armadas um nível superior de actuação.

8. «Temperado em veredas estreitas/ Em invernias e calores estivais / Nasceu o espírito humano e brioso / Das Operações Especiais».

É com esta estrofe que se inicia o poema- Hino das Operações Especiais. Por que razão os Rangers são colocados em Lamego?

Muitos países procuraram para a instrução deste tipo de tropas de elite climas semelhantes aos dos Teatros de Operações onde tiveram que actuar.

Não foi o caso português, Lamego, no princípio dos anos sessenta tinha invernos com períodos de neve… Sei que o Estado Maior do Exército terá nomeado um grupo de trabalho para estudar o melhor local para realizar o Curso de Endurecimento "tipo Ranger", mas desconheço os fundamentos e a justificação da escolha de Lamego. Não terá sido estranho o facto do CIOE ter sido criado em Lamego em 1960. Convém acrescentar que o CIOE tem vindo a realizar ao longo dos anos um excelente trabalho e que a cidade de Lamego, além de ser rica em património tem sido boa acolhedora.

9. A «Grande História» é feita de pequenas histórias. E Lamego é um importante centro histórico do nosso país. De estirpe romana, reconquistada por Fernando Magno de Leão aos muçulmanos em 1057, foi aí que teriam decorrido as lendárias Cortes de Lamego e ocorrido a aclamação de D. Afonso Henriques como rei de Portugal.

A partilha das pequenas histórias torna a Grande mais humana, vívida e real. Gostaria de partilhar uma dessas pequenas histórias que viveu?

Será habitual que as Tropas Especiais escolham áreas isoladas para poderem montar a instrução mais à vontade, criando condições próximas da realidade, não esquecendo por outro lado que os portugueses historicamente têm especial aptidão para se relacionarem com povos diferentes. E na chamada guerra de África o contacto com as populações era politicamente controlado na comunicação social.

A história do Curso que me pareceu mais fora do comum e de difícil repetição, foi a do exercício final, realizada em várias fases, em que numa delas se realizou um assalto a um comboio da linha do Douro, com entrada e saída do mesmo em andamento. Só que, por motivos burocráticos os passageiros que iam no comboio não sabiam o que se estava a passar e calculo que tenham ficado completamente surpreendidos e se possam ter assustado. Para os instruendos o exercício representou um certo tipo de aventura com reflexos psicológicos positivos que dificilmente se esquecem.

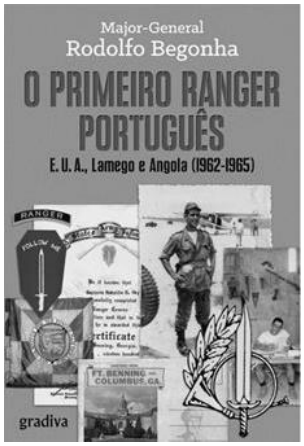
2019, o futuro e a esperança

10.E o Hino termina assim: «Vontade e valor sobejam/ Ninguém é mais valente / Nesta terra que amamos / Pr'a frente, bravos Pr'a Frente»
Como força especial, os Rangers de Lamego são uma lenda ainda hoje … quais os valores que destaca do espírito ranger?

Porque esta questão que me coloca é fundamental, julgo melhor referir o que Fort Benning considerou como qualidades para avaliação de cada militar Ranger: Confiança, Disciplina, Endurance, Conhecimento técnico, Conhecimento táctico e Liderança.
Mas além disso convém rever o que constava do regulamento FM21-50: "O treino Ranger visa ensinar e treinar indivíduos para ultrapassarem obstáculos mentais e físicos, usando situações de combate realísticas em exercícios tácticos de pequenas unidades.
A confiança Ranger é desenvolvida colocando o militar num ambiente de combate onde ele deve aprender a sobreviver, mover-se e lutar a grandes distâncias atrás das linhas inimigas".
Destaco no entanto, a importância dos valores interiorizados e a motivação que resulta do sentimento de pertença a um grupo coeso a que os militares se orgulham de pertencer e pelo qual estão dispostos aos maiores sacrifícios. Nesse aspecto o Hino é um dos símbolos importantes para reforçar o espírito Ranger.

11. As Forças Armadas Portuguesas são reconhecidas em todos os teatros de operações pelo profissionalismo e pela empatia junto das populações. Qual o legado pessoal neste âmbito, numa longa carreira de segurança e defesa ao serviço da Nação?
A chamada Condição Militar nem sempre é devidamente compreendida. Há, pois, que relembrar que se trata da única profissão em que os seus componentes, face às missões recebidas, colocam as suas vidas em risco real e em que quando necessário, não existem horários de trabalho nem direito a greves, etc. Trata-se de uma situação especial conforme se compreenderá, podendo chegar a situações de violência extrema como é o caso da guerra. Esta situação exige um compromisso permanente face às situações que vão surgindo. Os militares vão recebendo missões ao longo da vida e têm obrigação de as cumprir da melhor maneira face às circunstâncias muito variadas a que podem ficar sujeitos. É um serviço que prestam aos portugueses e ao seu país. Antigamente comparava-se ao sacerdócio, em que muitos militares perderam a vida defendendo valores importantes em que acreditavam.

12. Cada época histórica tem o seu rosto de complexidade. Se pudesse falar às novas gerações, que mensagem gostaria de partilhar?
Numa época em que os avisos surgem de muitos lados sobre a perda de valores na sociedade actual, parece-me natural que se processe uma profunda discussão sobre o tema.
As ameaças são muitas e variadas, começando pelas climáticas, energéticas, corrupção, terrorismo, crime organizado, políticas, etc., etc.
Parece que devemos sempre reavaliar o que fazemos e teremos de repensar a parte essencial, a educação, por onde passam todos os jovens. Em cada momento da nossa vida todos temos que exigir estudo e competência em todas as áreas, não esquecendo aqueles que têm a responsabilidade das decisões, que não sendo corretas podem prejudicar e atrasar o desenvolvimento do país. A metodologia básica poderá ser: análise periódica competente e honesta do que fizemos, dos resultados alcançados, das dificuldades e questões a resolver, tendo em vista a tomada de medidas correctivas a curto, médio e longo prazo. E para terminar não podemos esquecer as "fake news" e o poder negativo das redes sociais sobre a manipulação das camadas menos informadas da nossa sociedade, quando dirigida por desonestos e mal intencionados, que abusam da boa fé das pessoas. Temos que conseguir estratégias, devidamente pensadas e integradas em todas as áreas. Se não o conseguirmos pagaremos um preço extremamente elevado.



OPINIÃO/ ENTREVISTA

Sandra Maria Rodrigues Balão, *PhD, CDN 10*

1. Recentemente, a revista Foreign Affairs tinha um título na capa que anunciava o declínio dos Estudos Internacionais. Da leitura do artigo, esta tendência era enquadrada numa outra mais global como o declínio dos Estudos das Humanidades nos Estados Unidos e o seu impacto associado a uma forte diminuição de especialistas em diversas áreas da segurança nacional. Qual a experiência que tem relativamente a este assunto em Portugal, como professora universitária e investigadora na área?

Em Portugal, os Estudos Internacionais em geral estão "na moda" e , por isso, parecem continuar a constituir um "reduto" interessante no que à interdisciplinaridade, à multidisciplinaridade e à transdisciplinaridade diz respeito. No entanto, e no que se refere aos Estudos das Humanidades em geral, Portugal parece acompanhar a tendência de progressiva desvalorização e ou menosprezo. Esse posicionamento acompanha, por sua vez e a meu ver, aqueles que é o *agenda-setting* de investimento em educação e ciência (E&C), assim como em investigação e desenvolvimento (I&D), com uma clara aposta na crescente especialização do conhecimento por um lado, e nos domínios tecnológicos e afins com particular destaque para a migração e adaptação à revolução 4.0 e aos sistemas ciber-físicos a ela associados, por outro. As consequências em matéria de visão estratégica e integradora tenderão a tornar-se, cada vez mais e inevitavelmente, redutoras – com repercussões mais ou menos amplas e ou profundas em vários domínios, dos quais os associados à Segurança Nacional constituem apenas um exemplo.

2. Podemos afirmar que a educação e a pesquisa nos Assuntos Internacionais constituem uma parte da vida doméstica de um Estado dado o valor acrescentado que proporcionam à política de segurança e de defesa nacional. Em seu entender, qual o valor atribuído hoje aos estudos da Estratégia, considerando o património que o ISCSP tem nesta matéria?

Concordo em absoluto. O valor atribuído hoje aos Estudos da Estratégia é imenso. A oferta disponível à escala global é muito significativa e diversa. No ISCSP, a tendência da procura de Conhecimento neste domínio tem sido sempre e constantemente crescente, tendo vindo a afirmar-se como uma das áreas de Estudos mais dinâmicas e exigentes.

3. Considerando o desenvolvimento teórico dos estudos de geopolítica, podemos dizer que uma «Nova Geopolítica Crítica» reequaciona a Geopolítica Tradicional, desafiando-a pelo papel «servil» que teve, pelos conceitos, discursos e práticas. Como e em que contexto ocorreu esta mudança teórica?

Pode considerar-se que a Geopolítica Crítica abarca hoje praticamente todos os aspectos da geografia humana. Ela é constituída por um conjunto de abordagens "problem-based" e "present-oriented" e não numa Teoria. As suas origens estão associadas às disputas académicas entre a Geografia como Ciência e o pensamento Geopolítico clássico. Originalmente assente em investigação histórica, sobretudo (mas não exclusivamente) enformada pela perspectiva pós-estruturalista, o termo "Critical Geopolitcs" surge pela mão de Simon Dalby no âmbito dos trabalhos por ele desenvolvidos durante os anos 1970 e 1980 no seio de um grupo de interesse Conservador. No entanto, pode consisderar-se que a afirmação desta proposta surge de forma declarada no final da Guerra-Fria. No final dos anos '90 do século XX, a abundante produção científica existente permitiu que o termo se tornasse perfeitamente identificável e compreensível no âmbito da geografia política. Autores como John Agnew, Gerard O'Tuathail e Simon Dalby argumentam a favor de uma Política Global assente numa base interpretativa.

Os diferentes trabalhos que são identificados como incorporando tal leitura focam-se nos processos através dos quais a prática política se articula com a definição territorial, perspectiva que surge associada a uma nova forma de pensar o Poder nas Ciências Sociais. Considera-o não apenas como coercivo e restritivo, mas também como produtivo e nutritivo. Assim, as relações de poder não são impostas tendo por base questões pré-existentes, mas é com e através daquelas relações de poder que as questões/assuntos políticos se constituem, assumindo declaradamente a linha de análise proposta por Foucault.

4.O Árctico reemerge no século XXI no xadrez político internacional. Como especialista do Ártico quais são, em sua perspetiva, os focos de disputa mais importantes à luz de uma abordagem geopolítica de segunda geração e entre os atores ***inside*** *e* ***outside****?*

Em ambos os casos, a meu ver, o direito de acesso aos recursos do Árctico constituirá o foco de disputa mais relevante em termos agregados. O efeito multiplicador que a divergência de interpretação relativamente ao estatuto (internacional ou territorial) das águas da Rota do Noroeste (Canadá vs. EUA) e da Rota do Nordeste (Rússia vs. EUA) é susceptível de alavancar um potencial aumento da tensão na região, não apenas entre Estados costeiros mas, também, entre estes e os não-árcticos, com particular destaque para a China.

De facto, o interesse da região do Árctico em termos de Política Global reside não apenas no petróleo e gás natural ali existentes em grandes quantidades (maioritariamente em zonas sob jurisdição soberana claramente definida) mas, sobretudo, na possibilidade (crescente) de navegação do Oceano com o mesmo nome, que permite equacionar grandes reduções de custos e aumento de proveitos a quem tal opção possa fazer – partindo do pressuposto de que o princípio do *mare liberum* é respeitado.

5. A complexidade crescente plasma-se nesta região do globo, dadas as alterações decorrentes de mudanças climáticas e os interesses – antigos e novos – emergentes. De um ponto de vista estratégico, os interesses da União Europeia encontram-se associados a este xadrez, quer numa perspetiva regional (por via de alguns dos seus Estados Membros como a Dinamarca e a Finlândia, por exemplo; por via de Estados Parceiros da Área Económica Europeia como a Islândia e a Noruega), quer numa perspetiva estratégica (o interesse quer do Canadá quer dos EUA e da Rússia têm vindo a crescer). Quer explicitar o que está em jogo?

O que está em causa para a EU, em termos muito simplistas resume-se em três palavras: Conselho do Árctico.

A União Europeia tem vindo a submeter ao Conselho do Árctico (responsável máximo pela Governance da região) sucessivos pedidos de adesão como membro observador, mas sem sucesso.

As condições para apreciação favorável dependem, em larga medida, da capacidade de demonstrar não apenas o conhecimento da região (e dos seus povos, em particular, dos povos indígenas), das suas necessidades, dos desafios e dificuldades que enfrenta mas, também, das acções, medidas, programas e iniciativas demonstrativas do empenho associado a tal candidatura.

Em qualquer uma das perspectivas – regional e ou global - a UE tem todo o interesse em ser admitida naquela organização para poder assistir às reuniões e, ao participar procurar influenciar as decisões que, nos vários domínios de acção, tenham que ser tomadas (não tendo assento, não tem condições para poder levar a cabo qualquer iniciativa que tenha em vista a salvaguarda e ou prossecução de interesses de Política Europeia Comum) – o que inclui, neste momento, também, questões de *soft security*. Não é por acaso que enquanto a Comissão Europeia aguarda por nova votação sobre o seu pedido de admissão ao Conselho do Árctico, o Programa H2020 inclui um dos mais elevados orçamentos de sempre, destinados a Investigação, Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento no Árctico.

Quanto aos interesses dos Estados costeiros do Oceano Árctico, é certo que têm estado a crescer, mas a ritmos distintos. A Rússia é, neste momento, de longe, O actor do Árctico, com o Canadá logo a seguir. Os EUA estiveram "adormecidos" durante um longuíssimo período (os cenários de conflitos em que têm estado envolvidos pode ter tido um contributo decisivo – ou o excesso de confiança relativamente à incapacidade dos seus *pares* mais temíveis na região), mas parecem estar a despertar – em sobressalto, destaque-se. A preocupação fundamental parece prender-se com os actores não-árcticos e as disputas de soberania – o caso da Gronelância parece constituir um exemplo particularmente interessante.

6. A presença militar no Ártico tem sido intensificada. Quais as novas disputas salientes e como tem evoluído a presença militar nesta área tão sensível?

A presença militar tem vindo a ser intensificada e é expectável que cresça ainda mais, na sequência do "acordar" dos EUA para os riscos e ameaças que a partir da sua fronteira norte possam colocar-se ao resto do território.

A Rússia é o Estado que maior investimento tem estado a efectuar em matéria militar. Quer através da construção de novas bases e pontos de controlo ao longo de todo o percurso que inclui a *Northern Sea Route*, quer através da recuperação de instalações antigas do tempo do período bipolar. Facto

interessante é constatar que, de acordo com a informação disponível, a maior parte destas infraestruturas está a ser dotada de capacidades de duplo uso.

Um dos objectivos assumidos pelo Governo de Putin é cobrar taxas de passagem ao longo de toda a passagem junto à costa russa em pleno oceano Ártico, pelo que se torna relativamente simples compreender o racional de tais opções de investimento.

Mas, também do lado "ocidental" da equação é possível identificar investimentos significativos (normalmente classificados como SAR – *Search and Rescue*), para além de um crescente número de exercícios militares no terreno (ao qual corresponde, de facto, uma crescente presença da NATO no território – facto que é susceptível de agudizar as fricções com a Rússia e aumentar o nível de risco e de conflito). A base aérea de Thule, na Gronelândia, tem vindo a registar um crescente nível de actividade, ao qual parece corresponder, igualmente, um aumento do número de efectivos ali destacados.

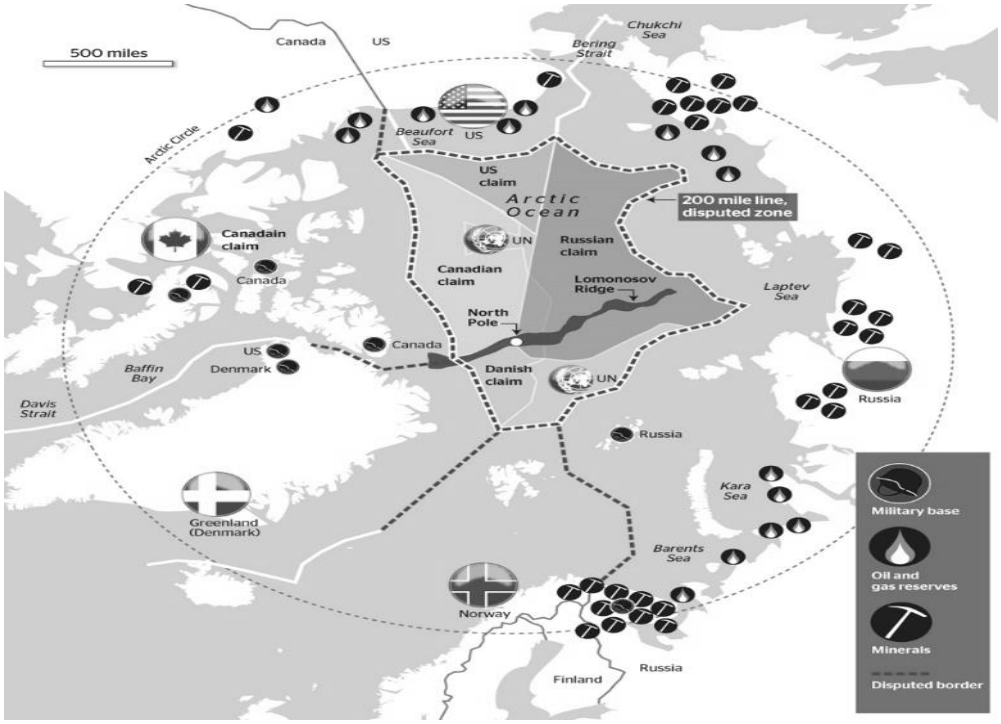
Também neste contexto, o aumento do nível de investimento e financiamento chineses na Gronelândia constitui um factor de risco adicional e de (potencialmente) grande intensidade.

7. O poder russo no «Grande Norte» espelha-se nas palavras de Putin ao atribuir à Northern Passage um papel mais importante que o Canal do Suez. Qual tem sido a perspetiva estratégica da Rússia e que forças tem gerado neste sentido?

Se considerarmos a Grande Estratégia chinesa *Belt and Road Initiative*, associada à crescente navegabilidade do Oceano Ártico e aos crescentes meios chineses disponíveis para concretizarem, de facto, recorrendo à Northern Passage, a projectada *Polar Silk Road* como a rota marítima alternativa para estabelecerem a ligação entre os oceanos Pacífico e Atlântico, então poucas dúvidas restam quanto à razão de ser e pertinência de tal afirmação.

Se a este facto acrescentarmos o acordo pós-Brisbane que envolve os BRICS e que deu origem à criação das instituições de financiamento e crédito internacionais (alternativas às agências do Banco Mundial) que engloba já como membros, para além de muitos outros, grande parte da Comunidade Eurasiática e que, de entre outros projectos, financia a *Belt and Road Initiative*, então mais simples se torna a compreensão e identificação da repercussão desta complexa e intrincada teia de factos que, em alguns casos, parecem não ter qualquer ponto de ligação mas que, afinal, fazem parte integrante de um todo muito mais complexo.

Arctic Resources and Disputes



http://img.gazeta.ru/files3/761/5796761/ttharctic_2_58526a.jpg.

BIOGRAFIAS DOS AUTORES

Isabel Maria Freitas Valente, Doutora em Altos Estudos Contemporâneos. Pós-Doutoramento pela Universidade de Coimbra. Coordenadora Científica do Grupo de Investigação Europeísmo, Atlanticiade e Mundialização do CEIS20-UC. Coordenadora Científica da Rede de Investigação Internacional – Visões Cruzadas sobre a Contemporaneidade. Membro do Team Europe da Comissão Europeia. Diretora - Revista Debater a Europa. CDN/19

Ana Cordeiro de Azevedo, doutoranda e investigadora no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica. Licenciada em Direito, Universidade Clássica. Pós-graduação e Mestrado em Estudos Europeus, Universidade Católica. Especializada em risco económico e financeiro e 'compliance' da legislação do setor bancário. CDN/19

F. Marina Azevedo Leitão, Doutoranda em Estudos Contemporâneos no IIIUC – CEIS20. Investigadora-colaboradora do grupo de investigação Europeísmo, Atlanticidade e Mundialização do CEIS20 – UC.

Carlos Manuel Martins Branco, Major General do Exército (reserva) e Docente Universitário. Desempenhou funções de comando: quartel-general da EUROFOR; Peacekeeping Affairs Officer na Divisão Militar do DPKO (ONU); Regimento e Segundo-Comandante da Brigada Aerotransportada; COMISAF (Afeganistão). Subdiretor do Instituto de Defesa Nacional e Diretor de Doutrina do Exército. Diretor da Divisão de Cooperação e Segurança Regional (Estado-Maior Militar Internacional, no quartel-general da OTAN). Segundo comandante do Instituto Superior Militar. Autor de dezenas de artigos e livros. Colaborador de media.

J.A. Campos Neves, Docente Universitário e Consultor. Licenciado em engenharia eletrotécnica (FEUP). DEA e Doutoramento na UTC/França. Anteriormente, foi Diretor de Departamento, Universidade Lusíada. Assessor do Presidente da Câmara Municipal de Baião e da Maia. Responsável por projetos na área de energias renováveis, de automação, de processamento de imagem, sensores, tecnologias da informação entre outros. CDN/02

Carlos Manuel Mendes Dias, Coronel do Exército (reserva) e Docente Universitário. Licenciado em Ciências Militares. Pós-graduação em Estudos da Paz e da Guerra, Mestrado em Estratégia. Doutoramento na especialidade de Relações Internacionais. Curso de Estado-Maior, Estágio de Operações Conjuntas e Combinadas. Missões (na Bósnia-Herzegovina; Moçambique). Docente na Academia Militar. Desempenhou funções de Comando: Escola Prática de Artilharia;Regimento de Artilharia N.º 4. Autor inúmeros artigos e livros sobre Geopolítica. CDN/05

Manuel José Rafael de Jesus Alves, Procurador da República Adjunto (Jubilado) e Doutorando em História Militar. Licenciatura em Direito FD-UCL. Pós-Graduação em Direito pela Universidade Lusíada. Ex-Combatente em Angola. Colaborador de Publicações Militares e Conferências, Cursos e Seminários (Defesa/Segurança, História Militar, Justiça, Relações Internacionais). CDN/95

Mário Rodrigues Pontes, Partner da MGI (Portugal). Licenciado e Mestre em Gestão. Membro da Ordem dos Economistas e da Ordem dos Contabilistas Certificados. Investigador do CAPP (CAPP-PAPP-ISCSP-ULisboa) e da NRF-UArctic TNGS. Presidente da APCIE – Associação Portuguesa de Estudos da Conjuntura e Estratégia. CDN/10 e Salzburg Seminar Fellow.

Rodolfo António Cabrita Bacelar Begonha, Major General do Exército (reforma). Curso de Estado Maior. Mestrado de Educação Física Militar, Curso Ranger nos EUA, Curso de Informações Estratégicas para Oficiais Superiores Estrangeiros na Escola de Informações do Exército dos EUA. Desempenhou funções de Comando: Comandante de Companhia Operacional em Angola; Chefe de Estado Maior do Comando Territorial e do Comando Chefe em Macau; Coordenador de Informações da Junta de Salvação Nacional; Chefe da 2ª Repartição (Informações e Segurança) do Estado Maior do Exército; Comandante da Zona Militar dos Açores; Diretor da Polícia Judiciária Militar. Campeão nacional de rugby e líder desportivo. Integrou os I, II, III, IV e V governos constitucionais com funções na área da juventude e do desporto. Professor catedrático convidado da Universidade Lusíada. Comentador convidado nos media. Presidente AACDN. CDN/95.

Sandra Maria Rodrigues Balão, Professora Associada e Coordenadora-Adjunta da Unidade Científica e Pedagógica de Estratégia do ISCSP-UL. Licenciada em GAP. Mestre em Ciência Política. Doutora em Ciências Sociais. Membro da International Studies Association e da International Political Science Association. Investigadora do CAPP (CAPP-PAPP-ISCSP-ULisboa) e da NRF-UArctic TNGS. Membro da APCIE – Associação Portuguesa de Estudos da Conjuntura e Estratégia. CDN/10 e Salzburg Global Seminar Fellow.

SABSEG
SEGUROS

Parcerias

No âmbito da nossa atividade, dispensamos uma particular atenção à gestão de riscos patrimoniais e sociais, bem como ao estudo e lançamento de Programas de Seguros destinados aos mais diversos universos Empresariais e Associativos, alicerçados em relações de profunda parceria e cooperação, que nos permitem trabalhar diariamente com uma enorme satisfação pela confiança em nós depositada pelos nossos clientes e com o objetivo de disponibilizar, em cada momento, as melhores soluções seguradoras.

CONTINENTES
3

PROTOCOLOS
40

COLABORADORES DIRETOS E INDIRETOS
1341

CLIENTES EMPRESARIAIS E PARTICULARES
120.000

PAÍSES
5

ESCRITÓRIOS
28

SABSEG-CORRETOR DE SEGUROS S.A. Sede: Av. Almirante Gago Coutinho, 164 - 1700-033 Lisboa | tel. +351 217 513 300 | fax. +351 217 513 350 | Nif 500 906 181 | Mediador de seguros inscrito em 21/11/79, no registo do ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões com a categoria de Corretor de Seguros, sob o nº 607122741/3, com autorização para os ramos Vida e Não Vida, verificável em www.asf.com.pt. A SABSEG não assume a cobertura de riscos.

SABSEG SEGUROS

Construímos Relações Seguras

PORTUGAL Lisboa | Leiria | Braga | Porto | Vila Nova de Gaia | Coimbra | Guimarães | Joane | Viana do Castelo | Barcelos
Pombal | Aveiro | Estarreja | Paredes | Viseu | Ansião | Vila Real | Setúbal | Santarém | Torres Novas | Fundão | Funchal
ESPANHA Barcelona | Madrid **ANGOLA** Luanda **MOÇAMBIQUE** Maputo **BRASIL** Belo Horizonte

www.sabseg.com

fb.com/sabsegseguros linkedin.com/company/sabseg twitter.com/sabsegseguros instagram.com/sabsegseguros

Nº 58 - Outubro 2018

ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES
DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Rua Soeiro Pereira Gomes, 7 (Edf. América) – 2º. Andar – Sala 31
1600-196 Lisboa | Telefone: 212 418 721

E-mail: geral@aacdn.pt